

PESSOAS e LUGARES



Criar uma história
interessante
para ser vivida
pelas pessoas

Entrevista
com a Ministra
da Agricultura
e do Mar
p.14-17



Inovação e empreendedorismo em meio rural

Foto: David Nijack



OPINIÃO *A PEI-AGRI: Trazer a inovação aos agricultores* p.18

Semana do
Desenvolvimento
Local

Dinamismo e
diversidade em destaque
p.4

Projetos
de Cooperação
LEADER em ação

Partilha de experiências
e conclusões
p.8

O percurso de crescimento da sociedade atual implicou um despovoamento progressivo dos espaços rurais e a sua erosão económica e desvitalização social, aspetos agravados pela redução dos serviços públicos e pela falha da provisão pública. Neste contexto, poderemos afirmar que as perspetivas de inovação e de empreendedorismo nos territórios rurais têm que responder a condições e desafios muito específicos e muito diferentes dos que moldam os espaços mais urbanos.

Esta realidade exige que, num momento em que se define o quadro de intervenção do próximo ciclo dos fundos (nacionais e comunitários), se desenhem políticas públicas e programas de financiamento ajustados a estas diferentes condições e desafios.

No entanto, esta diferenciação tem que ir mais longe não se circunscrevendo às perspetivas rural-urbano, devendo salvaguardar a especificidade de cada território e as diferentes áreas de conhecimento enraizadas nas comunidades. Ou seja, esta é uma matéria que exige uma abordagem local e que permite a mobilização dos recursos e a sua rentabilização através de soluções inovadoras e empreendedoras de quem reside ou pretenda vir a residir nos territórios rurais. Neste contexto, importa sinalizar a abordagem LEADER e a sua relevância para esta matéria.

A abordagem LEADER é uma metodologia em si inovadora por colocar o território no centro da sua intervenção, apostando num modelo de governação mais participado e na capacidade das comunidades (entidades privadas e públicas) para desenharem e executarem o seu plano de desenvolvimento, além disso faz parte da matriz que a define a aposta na inovação. Foi através da abordagem LEADER que muitas iniciativas e projetos diferentes e inusitados aconteceram ao longo dos anos e, foi esta abordagem que contribuiu para que muitas áreas secundarizadas ganhassem expressão. Destacamos áreas como o turismo rural, os produtos locais, a gastronomia,

o património cultural, o património natural, os pequenos investimentos, por exemplo, que hoje assumem uma centralidade relevante nos processos de desenvolvimento dos territórios.

A abordagem multifundos do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), prevista no novo período de programação e cuja gestão caberá aos GAL, é em si uma oportunidade para reforçar a abordagem LEADER e, portanto, os níveis de empreendedorismo e inovação nas comunidades. No entanto, a fase de negociação que decorre apresenta variáveis altamente preocupantes de que destacamos: a notória dificuldade por parte da administração em articular os três fundos de forma a salvaguardar intervenções integradas e “completas” na abordagem LEADER; os valores manifestamente insuficientes a afetar por cada fundo a alguns setores de intervenção do DLBC; a massificação e homogeneização das medidas de intervenção que ferem seriamente a lógica da abordagem local; a perspetiva de níveis de ajuda dos fundos desajustados às condições muito específicas dos territórios e comunidades rurais; a perspetiva de criação de sistemas de gestão e regulamentares complexos e, por fim, destaca-se a perspetiva de um retrocesso no modelo de governação dos GAL, com uma eventual limitação à capacidade local de decisão sobre as iniciativas do território.

Neste período de transição entre períodos de financiamento que se pretende rápido, é fundamental que o olhar dos decisores se centre nos territórios, criando condições para a mobilização e envolvimento ativo das comunidades locais porque a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento do país não se fazem por decreto.



Regina Lopes
Diretora

PESSOAS E LUGARES

N.º 15 . junho 2014 . III série . Bimestral

Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.
1400-031 Lisboa
T. +351 217 819 230
F. +351 217 819 232
E. minhatterra@minhatterra.pt
<http://www.minhatterra.pt>

Diretora

Regina Lopes

Editor

Luis Chaves

Conselho Editorial

Federação MINHA TERRA (Regina Lopes, Luis Chaves, Paula Matos dos Santos), PRODER (Ana Paula Carvalho), RRN (Ana Pires da Silva), PRORURAL (Maria José Aranda e Silva), Empower (Henrique Baltazar)

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Raquel Gorjão (Empower)

Colaboraram neste número

Christiane Kirketerp de Viron, David Marques, Livia Madureira, Pedro Saraiva

Fotografias

ADD, AD ELO, ADIBER, ADIRN, ADRACES, ADRIMAG, ADRIMINHO, ADRITEM, ADRUSE, David Niblack (capa), DOLMEN, DRAP Centro, GRATER, IN LOCO, Joana Margarida Carvalho, Papel D'Ouro, Ricardo Perna, TAGUS, TERRAS DENTRO, VICENTINA

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis (Empower)

Impressão

Europress

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

Alguns URL foram reduzidos com o goo.gl, da Google, para facilitar a leitura.



minha terra
por um novo mundo rural

www.minhatterra.pt



Governo apresenta proposta do PDR 2020 em Bruxelas

No passado dia 5 de maio, Portugal entregou a proposta de Programa de Desenvolvimento Rural do Continente para 2014 – 2020 na Comissão Europeia, que apesar de estar ainda sujeita a negociações e aprovação, dá já indicações claras relativamente ao que se pode esperar no próximo PDR.

A estratégia nacional para a agricultura e o desenvolvimento rural tem como princípio determinante a concentração dos apoios no setor agrícola e na produção de bens transaccionáveis.

O Programa de Desenvolvimento Rural 2020 aspira a reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações

agrícolas e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas. Em linha com isto, pretende-se também promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e comercialização de produtos agrícolas. Entre as prioridades do PDR 2020 destaca-se ainda a promoção da inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais.

LEADER no PDR

No que diz respeito ao LEADER, há ainda aspetos que dependerão, além das negociações com a Comissão

Europeia, da articulação entre vários organismos nacionais, o que em parte resulta do carácter multifundo do Desenvolvimento Local de Base Comunitária, em que o LEADER se integrará. A proposta agora apresentada pelo Governo define já, no entanto, vários elementos orientadores.

Relativamente aos montantes máximos de apoio público previstos, a leitura do documento permite perceber que estes sofrem uma descida global, passando a ter máximos que oscilam entre os 35% e os 50% do investimento elegível.

Existirá um regime simplificado para pequenos investimentos nas

explorações agrícolas, que será aplicado a investimentos até 25 mil euros. Os pequenos investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas poderão ter uma dimensão entre os 10 mil e os 200 mil euros, o mesmo sucedendo com os projetos que visem a diversificação de atividades na exploração agrícola.

As cadeias curtas de comercialização e os mercados locais serão outra das áreas estratégicas, podendo ter uma despesa elegível que oscile entre o cinco mil e os 200 mil euros. A promoção de produtos locais será também terá o limite de 200 mil euros de custos elegíveis. A renovação das aldeias ainda não tem o regulamento definido, pelo que este será definido em sede de operacionalização.

<http://www.gpp.pt/pdr2020>

Consulta Pública sobre a Implementação da Agenda Global de Desenvolvimento Pós-2015

O desafio lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em fevereiro de 2014, culminou na organização, por parte de um grupo de entidades públicas e da sociedade civil, de uma consulta pública em Portugal, que irá decorrer até final de junho, sobre a implementação a nível local da Agenda Global de Desenvolvimento Pós-2015, que irá substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Com vista ao conhecimento das prioridades dos portugueses em relação à Agenda e à forma como deve

ser implementada, será elaborado um relatório como espelho da visão nacional em relação à nova Agenda de Desenvolvimento, a qual contribuirá para a construção de outro documento final a ser apresentado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas.

A MINHA TERRA – Federação das Associações de Desenvolvimento Local – é uma das entidades que está a dinamizar ativamente este desafio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em colaboração com a Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; Camões – Instituto da Coopera-

ção e da Língua; Conselho Nacional de Juventude; Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres; e Plataforma Portuguesa das ONGD.

Com o prazo para o alcance dos ODM a estreitar, os debates sobre qual deverá ser a base para um futuro quadro de desenvolvimento proliferam. A Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 será um conjunto de propostas que resultarão destes processos de consulta e que irão orientar as políticas de desenvolvimento em todo o mundo, e não apenas nos países em desenvolvimento, para os próximos 15 anos.

Após a aprovação por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2015, a Agenda Global de Desenvolvimento Pós-2015 consistirá no primeiro passo político intergovernamental com origem numa abrangente consulta global, abarcando um grupo de cidadãos, decisores políticos, académicos e líderes do setor empresarial em todo o mundo.

PARTICIPE EM:
<http://goo.gl/wA2eBP>

GRATER reúne na Graciosa

A associação, sediada na Terceira, promoveu nos dias 22 e 23 de abril uma série de reuniões de trabalho na ilha Graciosa para a preparação da nova Estratégia de Desenvolvimento Local.

Dar a conhecer a associação, alargar o leque de associados e, sobretudo, colher contributos que contribuam para a nova Estratégia de Desenvolvimento Local, enquadrada no próximo quadro comunitário de apoio, foram os principais objetivos da deslocação à ilha Graciosa da associação, que junta as duas ilhas no seu território de intervenção.

A Associação Agrícola da Ilha Graciosa, a Associação de Jovens Agricultores da Ilha Graciosa, as juntas de Freguesia de Santa Cruz, Guadalupe, São Mateus e da Luz foram as entidades abrangidas pelo programa de trabalhos, que ainda contemplou uma paragem na Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia e de Santa Cruz da Graciosa.

No segundo dia, realizou-se nos Paços do Concelho de Santa Cruz da Graciosa a Assembleia Geral da GRATER, para apresentação e votação do Relatório de Gestão e Contas 2013; e discussão de outros assuntos, como a entrada de novos associados e a adesão da GRATER à recém-criada Associação de Rotas dos Vinhos de Portugal.



Há Festa na(s) aldeia(s) das Terras de Santa Maria

Está de regresso este verão o segundo ciclo de eventos “Há Festa na Aldeia”, organizado pela Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria (ADRITEM).

Vilarinho de S. Roque (Albergaria-a-Velha) é a primeira aldeia a receber a Festa, no fim de semana 14-15 de junho, que prossegue em Couce, no concelho de Valongo, a 5 e 6 de julho, Areja, Gondomar, nos dias 12 e 13 de julho. Em agosto “Há Festa na Aldeia” em Porto Carvoeiro (Santa Maria da Feira), a 9 e 10, voltando a englobar o programa da festa em honra de S. Lourenço. O ciclo de eventos encerra na aldeia de Ul, em Oliveira de Azeméis, a 13-14 de setembro.

“O projeto lançado no ano passado tem dado um impulso às cinco aldeias envolvidas no sentido de serem capazes de atrair, por elas próprias, visitantes interessados no contacto com o património natural, nos usos e costumes das suas gentes”, diz o presidente da ADRITEM, Emídio Sousa, convicto de que o “êxito alcançado em 2013 irá ser repetido”.

A programação do ciclo de eventos-âncora para 2014

incluirá, entre outras atividades, espetáculos, animação de rua, folclore, exposições, jogos tradicionais, gastronomia e venda de produtos regionais, destacando-se nesta edição “um ainda maior” envolvimento dos habitantes locais que “desde a primeira hora têm vestido com brio a camisola do “Há Festa na Aldeia”.

Estes eventos são o “ponto alto” do “Há Festa na Aldeia” que ao longo de todo o ano, “num processo contínuo”, desenvolve os cinco eixos fundamentais que moldam este programa – valorização do património natural e paisagístico; reforço do tecido económico e criação de emprego; desenvolvimento do sector turístico; valorização do património rural; melhoria dos serviços sociais e culturais.

Enquanto a Festa na Aldeia não chega, Areja e Porto Carvoeiro mostram alguns dos trabalhos das ações “Tricotar Areja” e “Bordar Porto Carvoeiro” realizadas nas duas localidades durante os meses de janeiro e fevereiro, no âmbito da iniciativa “Arte na Aldeia”, fomentando a formação em diferentes domínios das artes e a decoração de alguns espaços do território.

Primeira Semana do Desenvolvimento Local

Promovida pela Minha Terra, a 1.ª Semana do Desenvolvimento Local decorreu entre 4 e 11 de maio, um pouco por todo o país, numa demonstração da diversidade das intervenções apoiadas pelas Associações de Desenvolvimento Local (ADL) nos territórios rurais.

Apresentações e lançamentos de livros, roteiros gastronómicos, visitas a projetos, encontros de debate e reflexão, sessões de apresentação dos resultados do atual PDR e de informação sobre o novo período de programação, feiras e outros eventos, foram algumas das atividades que integraram esta 1.ª Semana do Desenvolvimento Local.



A 4 de maio realizou-se mais uma edição da EXPOSICÃO, organizada pela associação Terras de Sicó, em parceria com a câmara municipal de Condeixa-a-Nova, integrando a XXVI Feira do Queijo Rabaçal, a XVI Mostra do Vinho Terras de Sicó, a X Mostra de Azeite e Mel Serra de Sicó e a V Exposição de Cerâmica Artística. De 1 a 11 de maio, decorreu a 3.ª Edição da Semana do Cabrito

Sicó nos vários restaurantes do território que aderiram à iniciativa.

Cativar o público para a importância da valorização dos produtos regionais, numa cozinha contemporânea, e da harmonização dos vinhos locais e dos pratos apresentados no menu é o objetivo do Taste in Pico e Taste in Faial. Este roteiro gastronómico, envolvendo



mana vimento

Valença, Paredes de Coura, Monção e Melgaço, no dia 5 de maio, foi a atividade da **ADRIMINHO** que integrou o programa. No final do dia, a associação promoveu, no Solar do Alvarinho, uma reunião de reflexão e debate sobre o encerramento do SP 3 PRODER e a nova programação 2014-2020.

A **ADICES** associou-se à Semana, com a apresentação do livro “Contos e Lendas de Portugal e Cabo Verde”, editado no âmbito do projeto de cooperação LEADER “Cooperar em Português”. A sessão decorreu em Santa Coma Dão, a 6, com a presença dos representantes dos cinco agrupamentos de escolas do 1.º ciclo que fazem parte do território de intervenção da associação, que irão receber a publicação, contemplando um universo de 1820 crianças.

A **IN LOCO** promoveu, no dia 5 de maio, uma sessão de informação sobre Soberania Alimentar na Escola n.º 4 EB 2, 3 Santo António, Faro. A ação, enquadrada no projeto de cooperação LEADER Cordão Verde, teve por objetivo a sensibilização do público escolar para a temática dos produtos locais.

“Novas Tendências na Agricultura” foi o tema do seminário organizado pela **TAGUS**, em parceria com a DRAP LVT e a Associação de Agricultores de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação, em Alferrarede (Abrantes), a 7 de maio. Contando com mais de 100 participantes, o encontro privilegiou a apresentação de alguns exemplos de negócios agrícolas, centrados na produção de cogumelos, frutos vermelhos e ervas aromáticas, dando a conhecer os instrumentos de apoio existentes, e ainda a Bolsa de Terras.

Intitulada “Receitas fáceis e saudáveis”, a ação de sensibilização realizada pela **AD ELO**, nos dias 5 e 7 de maio, em Montemor-o-Velho, através do CLDS+ iMontemor+ e da Abordagem LEADER, teve por objetivo sensibilizar a população para a importância de uma alimentação saudável e a baixo custo. Os 12 participantes enfrentaram o desafio de confeccionar uma refeição saudável para 40 pessoas. A equipa vencedora, levou para

Dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas ADL, numa lógica de proximidade com os empreendedores locais, reafirmando o seu papel na dinamização dos territórios rurais, é o objetivo da Semana do Desenvolvimento Local, que deverá voltar com uma segunda edição ainda em 2014.

resultados da implementação da Abordagem LEADER no período 2007-2013, e informação sobre o próximo ciclo de programação 2014-2020, com vista à preparação da Estratégia de Desenvolvimento Local da parceria local. Percorrendo o território de intervenção, a associação realizou sessões em Aljezur, Lagos, Monchique, Silves e Vila do Bispo entre 3 e 11 de maio.

A **ADRUSE**, numa parceria com o Crédito Agrícola da Serra da Estrela, lançou, dia 9 de maio, uma linha de crédito destinada a apoiar novos projetos no território de intervenção da associação, promovendo o empreendedorismo e a fixação de novos negócios. No dia anterior, em Fornos de Algodres, realizou-se o primeiro Concurso de Ideias, no âmbito do projeto de empreendedorismo jovem “Ideias Serra da Estrela”.

A 9 de maio, em Góis, 146 parceiros da **ADIBER** assinaram o “Compromisso Beira Serra 14-20”, um documento histórico para o futuro da Beira Serra, assumindo a sua responsabilidade em contribuir para a definição das linhas estratégicas do futuro DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária). A cerimónia, integrando o programa de atividades da Semana, foi antecedida pela projeção e um filme sobre a intervenção da associação, desde 1998, com testemunhos dos promotores e imagens dos 382 projetos apoiados pela ADIBER.



cinco restaurantes no Faial (de 2 a 18 de maio) e seis no Pico (de 9 a 25 de maio), foi organizado pela **ADELIAÇOR**, através da Abordagem LEADER do PRORURAL.

Foram várias e variadas as atividades promovidas pela **DOLMEN** ao longo dos oito dias da Semana do Desenvolvimento Local. A 5 de maio, procedeu à entrega dos certificados de formação aos formandos (beneficiários do LEADER) do curso “Organização, Gestão e Qualidade nas Microempresas”, realizado entre março e

abril. A 9 e 10, promoveu a IX Feira dos Doces Conventuais de Amarante, em parceria com o município e associação empresarial local, reafirmando, uma vez mais, a importância destes doces para o aumento da atratividade do território. A 10, decorreu a apresentação do livro “Serra da Aboboreira – Património, natureza e paisagem”, em Baião, e a tertúlia “sendas do Almoçre”, em Marco de Canaveses.

A visita a 11 projetos apoiados através da Abordagem LEADER, nos concelhos de



casas um cabaz de legumes para uma sopa saudável.

Nos Açores, a **GRATER** organizou uma visita a projetos considerados exemplos e boas práticas, apoiados pela Abordagem LEADER do PRORURAL. A iniciativa realizou-se dia 8, em Vila Nova (Praia da Vitória) e São Mateus (Angra do Heroísmo), com a presença da Diretora Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Autoridade de Gestão do PRORURAL.

A **VICENTINA** integrou no programa da Semana cinco sessões de divulgação dos



ADERES promove ateliês de diagnóstico participativos

Recolher contributos das comunidades locais tendo em vista a elaboração da futura Estratégia de Desenvolvimento Local para o território Estrela-Sul é o objetivo da iniciativa que a ADERES está a realizar nas freguesias do território (de intervenção) Estrela-Sul, em parceria com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade da Beira Interior (UBI).

Paul (Covilhã) foi a primeira freguesia a receber estes ateliês de diagnóstico participativos, a 3 de maio, reunindo mais de cem participantes. A 10 de maio, a Casa do Povo de Casegas juntou cerca de 40 pessoas, interessadas em ouvir o presidente da União de Freguesias de Casegas e Ourondo, César Araújo Craveiro, o presidente da ADERES, José Armando Serra dos Reis, e o professor Pedro Guedes de Carvalho da UBI. A terceira sessão decorreu no Auditório Mineiro da Barroca Grande, na freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, a 13 de maio.

A análise das necessidades das populações locais está no centro destes ateliês, que registam bons níveis de participação, de acordo com a associação, referindo contributos diversos quanto a projetos de desenvolvimento a contemplar na próxima estratégia, no domínio do ambiente, redes de comercialização dos produtos agropecuários, energias alternativas, património edificado, turismo cultural e alojamento em espaço rural.



Festa Templária

Durante quatro dias, de 22 a 25 de maio, Tomar e as suas gentes recriaram o passado, relembrando o legado deixado pela Ordem dos Templários. Propondo uma viagem no tempo, aos olhos de hoje, o programa incluiu inúmeras iniciativas que transformaram a zona histórica da cidade e cativaram milhares de visitantes.

A inauguração da festa, na Praça da República, foi antecedida por um momento de reflexão sobre a temática, no Convento de Cristo, local que acolheu a sede da Ordem em

Portugal. “Templários, Séc. IX – XIV, A influência no Mundo da Cruz Pátea” foi o título do seminário, centrado na importância deste legado histórico como instrumento de desenvolvimento do território, capaz de melhorar o seu posicionamento como destino turístico cultural.

A gastronomia teve uma forte presença nesta edição da Festa, através de um Festival de Cozinha Medieval, ao qual se associaram 13 restaurantes da cidade, com ementas da época, e da realização de um Jantar Real e um Jantar

do Povo, onde a animação e gastronomia medieval se misturaram, num ambiente festivo, onde os participantes foram os próprios figurantes de um quadro vivo improvisado, com música, cor e sabor medieval.

Outros pontos altos do programa foram o Cortejo das escolas, com a participação de cerca de 300 crianças que percorreram o centro histórico, homenageando os nobres cavaleiros templários, e o Cortejo noturno, onde cerca de 250 “templários” uns a cavalo, outros a pé, desfilaram pelas ruas da cidade, relembrando os tempos de outrora.

Pelo segundo ano consecutivo, as ruas da cidade de

Tomar voltaram a ser palco de diversos momentos, espontâneos, divertidos e envolventes, com feiras e tasquinhas, dança, música, artesãos, nobres, pedintes, taberneiros e vendedoras ambulantes, entre outras figuras da época medieval.

Provando merecer a atenção e a dedicação das gentes de Tomar, que saíram à rua, “viajando” no tempo, o evento atingiu, uma vez mais, o seu objetivo principal, de valorizar e dar a conhecer o património histórico e cultural de relevante importância, numa vertente educativa, dinâmica e divertida mas rigorosa.

O sucesso alcançado vem dar como ganha a aposta da comissão organizadora da Festa Templária, composta por diversas entidades entre as quais a associação ADIRN, em criar uma Escola de Artes Medievais, em Tomar, que desde o início do ano dinamizou uma série de iniciativas de preparação e divulgação da festa, tais como workshops, ações de formação e exposições.

<http://www.festatemplaria.ipt.pt>

Península de Setúbal prepara EDL 2014-2020

Representantes de vários setores da Península de Setúbal, entre os quais, autarquias locais, institutos públicos, empresários e entidades ligadas à área social, reuniram-se a 13 de maio, no Instituto Politécnico de Setúbal, para a elaboração das propostas de ações a

incluir na Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL) para 2014-2020.

A sessão foi organizada sob a forma de grupos de trabalho, que apresentaram propostas para as várias áreas temáticas – rural, pescas, turismo, património e social –, com base nos diagnósticos setoriais realizados nos meses de março e abril, com o envolvimento das entidades locais.

De acordo com a coordenadora da ADREPES, Manuela Sampaio, este é um processo fundamental para a região, já que se pretende construir uma

visão partilhada e coletiva, na definição de uma estratégia devidamente adaptada às especificidades do território.

A construção da EDL da Península de Setúbal está a ser coordenada pela ADREPES com a colaboração da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal, e é um instrumento fundamental para impulsionar o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), que, segundo a associação, deve ser representativo dos interesses sócio económicos

locais, prevendo a inclusão de características inovadoras no contexto local, a ligação em rede e formas de cooperação com outros territórios.

Segundo a associação, “este desenvolvimento liderado pelas comunidades pode ser apoiado numa lógica plurifundos, incluindo o FEADER – Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural, FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, FSE – Fundo Social Europeu e FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional”.

APRODER apoia “Tempos Idos”

“Tempos Idos”, de Nazareth Varella, reúne um conjunto de informações sobre o património, a história, os hábitos, a vida social e a cultura da freguesia de São João da Ribeira, concelho de Rio Maior. A obra, prefaciada pelo antropólogo Aurélio Lopes, foi apresentada a 12 de abril, na União Recreativa Sanjoanense, numa sessão que contou com as presenças, presença da presidente da Câmara Municipal de Rio Maior e de representantes da APRODER, que apoiou a edição no âmbito da Abordagem LEADER.

Conferências de Aljustrel

Cidadania, Inovação e Território foi o tema das conferências organizadas pelo município de Aljustrel, com o apoio da ESDIME, dias 4 e 5 de abril. Estruturadas em torno de duas grandes temáticas – “Os desafios do desenvolvimento: da crise demográfica e territorial” e “Políticas e programas para o desenvolvimento territorial integrado” – contaram com um painel de palestrantes de renome, que asseguraram a riqueza e diversidade de perspetivas. Algumas intervenções estão disponíveis on-line no site das conferências.

<http://www.conferenciasdealjustrel.com>

ATAHCA assinala Dia Nacional dos Moinhos

A jornada dedicada à comemoração do Dia Nacional dos Moinhos (celebrado a 7 de abril), realizada na tarde de sábado, dia 5, na freguesia de Sobreposta (Braga), contou com cerca de 200 participantes. O grupo percorreu um trilho ao longo do núcleo de moinhos de Portuguediz e visitou um complexo etnológico, composto por lagar de azeite, moinho de cereais e engenho de serra, apoiado pela associação no âmbito da medida de conservação e valorização do património rural da Abordagem LEADER/PRODER.

Cogumelos silvestres já têm Manual de Boas Práticas e Guia do Coletor

O “Manual de boas práticas de colheita e consumo de cogumelos silvestres” e o “Guia do coletor de cogumelos – para os cogumelos silvestres comestíveis com interesse comercial em Portugal”, foram editados pela DGADR, em parceria com o ICNF, no âmbito do projeto “Promover os Recursos Micológicos”, apoiado pelo PRRN.

A parceria realizou sessões em vários pontos do país, promovendo o encontro entre coletores, consumidores e outros interessados na temática.

Manual: <http://goo.gl/Hjg4Bk>
Guia: <http://goo.gl/nja1iu>

“d5 Um Dão Cinco Destinos”

“Um Dão, Cinco Sentidos”, “Um Dão, Cinco Sabores” e “Um Dão, Cinco Experiências” – os novos roteiros turísticos do Dão, alojados no portal “d5 Um Dão Cinco Destinos”, foram apresentados em Nelas, a 20 de maio, na conferência “O Turismo no território da ADD: oportunidades de desenvolvimento”.

Organizada pela ADD para apresentação dos resultados do estudo promovido pela associação sobre a oferta e a procura turística no seu território de intervenção, a conferência promoveu – como esperado – a reflexão e o debate sobre os desafios dos principais produtos turísticos da região, constituindo-se também um momento delineador

da estratégia a integrar no Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) 2014-2020.

Contando com a presença dos presidentes dos cinco municípios do território (Aguiar da Beira, Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo e Sátão), o evento “permitiu assegurar um compromisso com o território, que passa por um trabalho em rede, em prol do desenvolvimento do território e da fixação da população”, segundo a associação.

Os autarcas foram convidados para protagonizar a mesa-redonda “Desafios para o sector do turismo no território da ADD”, que evidenciou “necessidade de todos os operadores do sector primarem pela

qualidade do serviço prestado, recorrendo à formação e à certificação de qualidade, porque só assim será possível fidelizar e captar novos turistas e aumentar a sua permanência no território”.

O debate que se seguiu entre os intervenientes das autarquias, ADD, CIM, Turismo do Centro e as entidades do sector (restauração, alojamento, animação turística) “foi determinante para o reforço dos resultados alcançados, uma vez que estas entidades deram uma visão estruturada do potencial turístico do território e do papel de cada um para o sucesso de todos, num sector em que as parcerias são fundamentais”, de acordo com a ADD.

O novo portal “d5 Um Dão Cinco Destinos” é o primeiro produto resultante do estudo, promovido pela ADD, que se constituirá como um instrumento de trabalho para todas as entidades do sector, evoluindo ao longo do próximo período de programação, procurando adequar-se às necessidades do território e de quem o procura.



Boas práticas de cooperação e de desenvolvimento rural

Divulgar um conjunto de boas práticas desenvolvidas no mundo rural, no âmbito do PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente) e do PRRN (Programa para a Rede Rural Nacional), foi o objetivo do seminário realizado pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, a 22 de maio.

Os trabalhos, decorridos no auditório da Escola Superior Agrária de Castelo Branco, contando com mais de 150 participantes e 35 oradores, centraram-se na apresentação de 16 projetos apoiados no âmbito do PRODER e PRRN na região Centro no período 2007-2013.

Os projetos apresentados, na primeira pessoa, foram enquadrados em quatro painéis, que abriram com o balanço de cada um dos Subprogramas do PRODER e do PRRN.

Os projetos apoiados pelo PRRN (Áreas de intervenção 1 e 2) integraram o primeiro painel da manhã. Seguiram-se os projetos de Dinamização das Zonas Rurais, Subprograma 3 do PRODER – Abordagem LEADER, apoiados pelos Grupos de Ação Local

(GAL) ADERES, ADRA-CES, PRÓ-RAIA, AD ELO e Pinhal Maior.

Os dois painéis da tarde incluíram projetos sobre Competitividade e Investimento no Sector Agrícola (apoiados pelo Subprograma 1 do PRODER) e Gestão Sustentável do Espaço Rural (Subprograma 2 do PRODER).

De projetos de investimento e competitividade a projetos de cariz ambiental, do desenvolvimento rural à cooperação, o encontro permitiu conhecer um vasto leque de experiências desenvolvidas nos territórios rurais que possam servir como exemplo para quem deseja instalar-se ou investir no mundo rural.

O rejuvenescimento do tecido humano na agricultura e no mundo rural é uma necessidade reconhecida por todos que ao longo dos vários quadros comunitários de apoio implementados em Portugal, foi apoiado por todos os intervenientes (Administração, GAL, organizações de agricultores, associações, sociedade civil...), afirma a Divisão de Desenvolvimento Rural da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro.



Azores Adventure Weekend

Os fins de semana de aventura – nas ilhas do Pico, Faial e Flores (16 a 18 de maio), Terceira (6 e 8 de junho) e Graciosa (8 a 10 de agosto) – contam com inúmeras atividades (observação de cetáceos, percursos pedestres, mergulho, BTT, canyoning, trekking a cavalo, rapel, entre outras). Envolver a população local, dando a conhecer as empresas de turismo ativo e as suas atividades, a preços simbólicos, é o objetivo da iniciativa promovida pelas associações ADELIAÇOR e GRATER, enquadrada no projeto de cooperação LEADER QTA – Qualificação do Turismo Ativo.

ADICES arranca com o “Y2Y”

O projeto de formação “Y2Y” pretende facilitar o caminho dos jovens empreendedores na criação e desenvolvimento, com sucesso, da sua própria empresa ou de iniciativas empreendedoras. Jovens ativos desempregados, dos quatro concelhos de intervenção da associação, inscritos no Centro de Emprego, são os destinatários da formação, constituída por oito Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) de 25 e 50 horas, contemplando uma componente teórica/formação em sala, visitas de estudo, seminários e debates temáticos.

ADRIMINHO faz avaliação do LEADER no Vale do Minho

Em fase de preparação da nova Estratégia de Desenvolvimento Local para 2014-2020, a ADRIMINHO – que completa 20 anos de atividade em agosto – entendeu oportuno avaliar a execução e o modelo de gestão da Abordagem LEADER do Subprograma 3 do PRODER no período 2007-2013. Obter resultados fundamentados do grau de sucesso e eventuais constrangimentos das iniciativas e projetos apoiados, para melhorar a eficácia da intervenção no futuro, é o propósito deste exercício de avaliação, que a associação prevê apresentar publicamente, em setembro.

Minha Terra e ADL na FNA e FIA

A Minha Terra volta a marcar presença na Feira Nacional de Agricultura (FNA), de 7 a 15 de junho, em Santarém, integrando o Salão Prazer de Provar, com um stand dinamizado pelas ADL associadas e seus parceiros, apostando sobretudo na divulgação dos produtos agroalimentares.

Formato semelhante terá a participação na Feira Internacional de Artesanato (FIA), de 28 de junho a 6 de julho, em Lisboa, onde se pretende reunir um grande número de produtores e artesãos.

<http://feiracionalagricultura.pt>
<http://fialisboa.fil.pt>

Projetos de Cooperação LEADER em ação

Numa altura em que a maioria dos projetos de cooperação desenvolvidos no âmbito da Abordagem LEADER já chegaram ao fim, acontecem diversas atividades que resultam destas intervenções que juntam pessoas e entidades de diferentes territórios.

As origens para o desenvolvimento de projetos de cooperação têm sido as mais diversas, mas todos têm a característica comum de tentar encontrar respostas a necessidades concretas dos territórios.

A partilha de conhecimento e experiências, alcançar escala e complementaridades são as grandes motivações que levam os GAL a promover a cooperação que, tal como a inovação e a parceria local, faz parte do ADN LEADER.

Incorporar esta experiência, com mais de 20 anos, é um dos desafios que se colocam aos GAL, no âmbito da preparação das Estratégias de Desenvolvimento Local para 2014-2020, à luz do novo instrumento de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

Cooperação e desenvolvimento rural

Experiências e perspetivas



Mais de 80 representantes dos Grupos de Ação Local (GAL) das três regiões que integram a Eurorregião Alentejo – Centro – Extremadura (EUROACE), marcaram presença no Centro Cultural Raiano de Idanha-a-Nova, a 29 de Abril, no seminário organizado pela Comissão Setorial de Agricultura e Desenvolvimento Rural da EUROACE, contribuindo para a reflexão sobre as oportunidades da cooperação no novo quadro comunitário de apoio.

Os trabalhos, contando na abertura com o presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, representantes das CCDR e DRAP do Centro e do Alentejo, da DGADR e da Dirección General de Desarrollo Rural do Governo da Extremadura, privilegiaram a apresentação de projetos que envolvem parcerias transfronteiriças e transnacionais e es-

tratégias e metodologias de apoio ao empreendedorismo no mundo rural.

“Rotas sem Barreiras”, “Tejo Vivo”, “Cooperar em Português”, “Centro de Recursos de Empreendedorismo Feminino”, “Região Solidária”, “A Hora da Controvérsia”, “Geminacões – Realidade e Oportunidades”, foram os projetos de cooperação apresentados por GAL de Portugal, que estiveram em foco nos três painéis, procurando abordar a cooperação em desenvolvimento rural na fronteira, a internacionalização o mundo rural pela cooperação e o empreendedorismo no mundo rural.

Aproximar os GAL da dinâmica de cooperação da EUROACE, reforçar a colaboração transfronteiriça na concretização dos PDR, trocar experiências sobre estratégias,

metodologias e práticas na dinamização do empreendedorismo no mundo rural, e refletir sobre as oportunidades no novo período de programação no âmbito da cooperação e do desenvolvimento rural foram os principais objetivos do encontro, que terminou com uma visita à Incubadora de Base Rural de Idanha-a-Nova.

A **EUROACE** é um agrupamento integrado pelas regiões do Alentejo e Centro de Portugal, e a Comunidade Autónoma da Extremadura, de Espanha, com 428 Km de fronteira comum, criado em setembro de 2009 em Vila Velha de Ródão, que materializa a vontade das três regiões de reforçar e dar um novo impulso às suas relações de cooperação, iniciadas na década de 1990.

<http://www.euro-ace.eu>

Cordão Verde

A alfarroba, a amêndoa, o figo e a azeitona estiveram no centro do debate do seminário “Culturas Tradicionais do Algarve – Tradição e Inovação”, que decorreu a 30 de abril, em Loulé, numa organização conjunta da In Loco, autarquia local, Universidade do Algarve, AIDA, Escola Profissional de Alte e DRAP Algarve, integrada no projeto de cooperação LEADER Cordão Verde.

Reunindo 150 participantes, entre técnicos, investigadores, produtores, transformadores, empresários e entidades com interesse no sector, o encontro permitiu partilhar conhecimentos, refletir sobre o potencial destas

culturas tradicionais da região e conhecer novos projetos, experiências de inovação e boas práticas de produção, transformação e comercialização.

A transferência de conhecimentos e intercâmbio de experiências é uma das atividades do projeto Cordão Verde, que agrega uma estratégia para um conjunto de produtos estratégicos para o território, dinâmicas sustentáveis para a inovação económica, o fomento do empreendedorismo, da participação pública e do desenvolvimento sustentável a nível local, e diversas ações de promoção e valorização do território.

Além da realização da Feira da Dieta Mediterrânea (Tavira, 2013 e 2014), da Feira Transfronteiriça de Produtos Locais e Turismo Sustentável (Mértola, 2014), destaca-se a campanha escolar SouCool, destinada a reforçar a importância dos produtos locais.

Através da implementação destas atividades, a parceria transnacional do Cordão Verde – GAL Interior Algarve Central/In Loco, Terras do Baixo Guadiana e Corredor de La Plata – pretende consolidar o conceito Cordão Verde, que tem vindo a ser trabalhado desde 2000 por várias entidades, e a sua aplicabilidade como instrumento de gestão, designadamente, como veículo de promoção e valorização da população local e dos territórios rurais.

<http://www.cordaoverde.pt/>





Tejo Vivo

Unir a nascente (Albarracín) do rio Tejo à foz (Lisboa) em Bicicleta Todo o Terreno (BTT) é um desafio lançado pela parceria Tejo Vivo.

A primeira Trans-Ibérica em BTT, Tajo/Tejo Vivo, num total de 1300 Km, divididos por 13 etapas, a realizar entre 15 e 27 de junho, é das últimas iniciativas promovidas por esta rede de parceiros, composta por seis GAL de Portugal e 11 de Espanha, que se prevê que continue a trabalhar, firmando novo protocolo de cooperação em julho.

Traduzindo-se numa Rede para a Valorização dos Territórios Vinculados ao Tejo, o projeto Tejo Vivo – coordenado em Portugal pela TAGUS – baseia-se numa estratégia concertada de aproveitamento e promoção dos recursos dos territórios abrangidos, procurando combater o êxodo rural, estimular a fixação da população e acrescentar quantidade e qualidade na oferta turística, promovendo e afirmando o Tejo como destino turístico.

Outra das atividades realizadas pela parceria Tejo Vivo,

com grande impacto, foi o 1.º Festival Ibérico de Gastronomia, em março último, que envolveu 58 restaurantes, apostados em promover a gastronomia e os produtos associados aos vários territórios.

Para além da participação em eventos, nomeadamente feiras de turismo, entre as quais, a Feira Internacional de Turismo Interior (INTUR) e a Bolsa de Turismo de Lisboa, o projeto integrou Momentos de Encontro/Momentos de Reflexão, entre a rede de parceiros de forma a potenciar as complementaridades, diversidades e heterogeneidades dos diferentes territórios de cooperação, organizados em diferentes locais ao longo de 2013.

Com o objetivo de sensibilizar os mais novos para aspetos ambientais e culturais

em torno do Tejo, a parceria desenvolveu um jogo bilíngue de cariz pedagógico para crianças dos 6 aos 12 anos que tem por objetivo dar a conhecer o rio Tejo nas suas diferentes componentes (naturais, históricas e culturais) e promover a sensibilização e mobilização para a valorização e conservação de todos estes valores.

Para o público em geral, estão a ser ultimados os Centros de Interpretação do Tejo Vivo, constituídos por equipamentos multimédia, que permitem interpretar, conhecer e valorizar o maior rio da Península Ibérica (a sua história, a sua importância geográfica e os seus recursos turísticos culturais e naturais).

<http://goo.gl/emzOnq>



Groselha de Sever do Vouga já tem manual de boas práticas

A apresentação do “Manual de Boas Práticas para a produção, promoção e comercialização da groselha” e do filme promocional do mirtilo e da groselha em Sever do Vouga decorreu a 30 de abril, numa iniciativa do município e da ADRIMAG, em parceria com a MIRTILUSA.

Desenvolvidos e produzidos no âmbito do projeto “Missão Hortofrutícola”, com o apoio da MIRTILUSA, pretendem ser um instrumento de consulta, com informação credível e rigorosa, útil a produtores agrícolas mas também a técnicos e empresas comerciais e de certificação.

Simultaneamente, estes dois produtos têm também por objetivo estimular e promover a troca de conhecimento e a melhoria das competências na área da produção, promoção e comercialização deste pequeno fruto vermelho, que representa já uma importante fonte de rendimento para alguns agricultores locais.

A iniciativa, contando com a presença de dezenas de produtores e representantes de entidades de relevo na área, assinalou também o encerramento do projeto, desenvolvido no âmbito da Cooperação LEADER do PRODER por três GAL – ADRIMAG, ADL e LEADER OESTE – com o objetivo de melhorar a comercialização e a exportação dos produtos frutícolas, hortícolas e florícolas, de reconhecida qualidade, dos respetivos territórios.

Surfaljezur

“Venha aprender a surfar” foi o lema do Surfaljezur organizado pela Vicentina, em parceria com o município

de Aljezur e a Associação de Escolas de Surf da Costa Vicentina, entre 16 e 22 de abril.



O evento integrando duas iniciativas – a Aljezur Surf Week e a Aljezur Big Pro Surfers – envolveu diversos parceiros económicos do território (alojamentos, escolas de surf) e a população local, permitindo alertar para a importância da conservação e valorização dos recursos locais, dinamizar a economia local e reforçar o posicionamento do município de Aljezur enquanto destino de surf.

O Surfaljezur é uma das ações do projeto de cooperação LEADER “Um Outro Algarve”, no qual se integram outras atividades; algumas já realizadas, como o Festival de Observação de Aves, em Sagres, outubro de 2013, e a Maratona de BTT do Baixo Guadiana, em março último, registando uma forte adesão (540 participantes); outras a acontecer, caso do Toca’andar

– a caminhada mais “quente” da Europa – de 19 a 21 de setembro, na Serra do Caldeirão.

Ao longo do último ano, tiveram lugar ainda por todo o Algarve *workshops* temáticos, ações de formação-ação (para animadores de rotas temáticas), tendo em vista a organização, estruturação e promoção do Turismo de Natureza no Algarve.

A parceria organizou também um concurso de fotografia e um roteiro gastronómico, sob a marca regional do ecoturismo Puro Algarve – construída pelos três GAL da região (ADERE/Vicentina, Interior Algarve Central/In Loco e Terras do Baixo Guadiana), no âmbito da Cooperação LEADER – que se pretende ver associada a uma imagem de qualidade para os melhores produtos, serviços e locais da região.



Empreendedorismo em meio rural

O empreendedorismo está na moda. Por todo o lado ouve-se falar de empreendedorismo, diz-se que é preciso as pessoas serem empreendedoras, terem mais iniciativa, etc. Apesar de em Portugal isto se sentir de forma mais aguda, provavelmente como resultado da crise que ultrapassamos e da falta de empregos que se verifica, a tendência é global. A tal ponto que há autores que falam já da “pornografia do empreendedorismo” para se referirem aos excessos que estão a ser cometidos, colocando-se o empreendedorismo em todos os contextos (desde o jardim de infância, literalmente) e criando-se a ilusão de que o empreendedorismo é a nova quimera.

Mas retirando o efeito mágico com que se possa sonhar, compreendendo que o empreendedorismo não é a panaceia para todos os males, nem Portugal será um país com 10 milhões de empreendedores, é possível abordar o empreendedorismo de uma forma séria e proveitosa.

Porque, efetivamente, o empreendedorismo desempenha um papel fundamental no desenvolvimento

económico e social, criando emprego, concebendo novos produtos e serviços, desenvolvendo respostas sociais inovadoras, etc. Importa, portanto, compreendê-lo e entender os seus mecanismos de ação, de modo a poder criar as condições, individuais e ao nível do contexto, para que ele emergja.

Isto porque o espírito empreendedor não está predeterminado, nem ao nível do indivíduo nem de cada sociedade. Tal como acontece com a criatividade, em cada contexto – social e familiar – existem condições que favorecem ou inibem a emergência da capacidade de iniciativa, da propensão ou aversão ao risco, da vontade de realização de projetos.

É a esta luz que podem ser interpretadas as afirmações de que existe um défice de empreendedorismo em Portugal. Se recordarmos que entre 1931 e 1974 vigorou uma Lei do Condicionamento Industrial – várias vezes revista, mas sempre com o objetivo de limitar a emergência de novas empresas que pudessem colocar em causa as já instaladas –, que existia censura e polícia política, compreendemos

pelo menos um dos fatores que terá conduzido a esse défice de empreendedorismo.

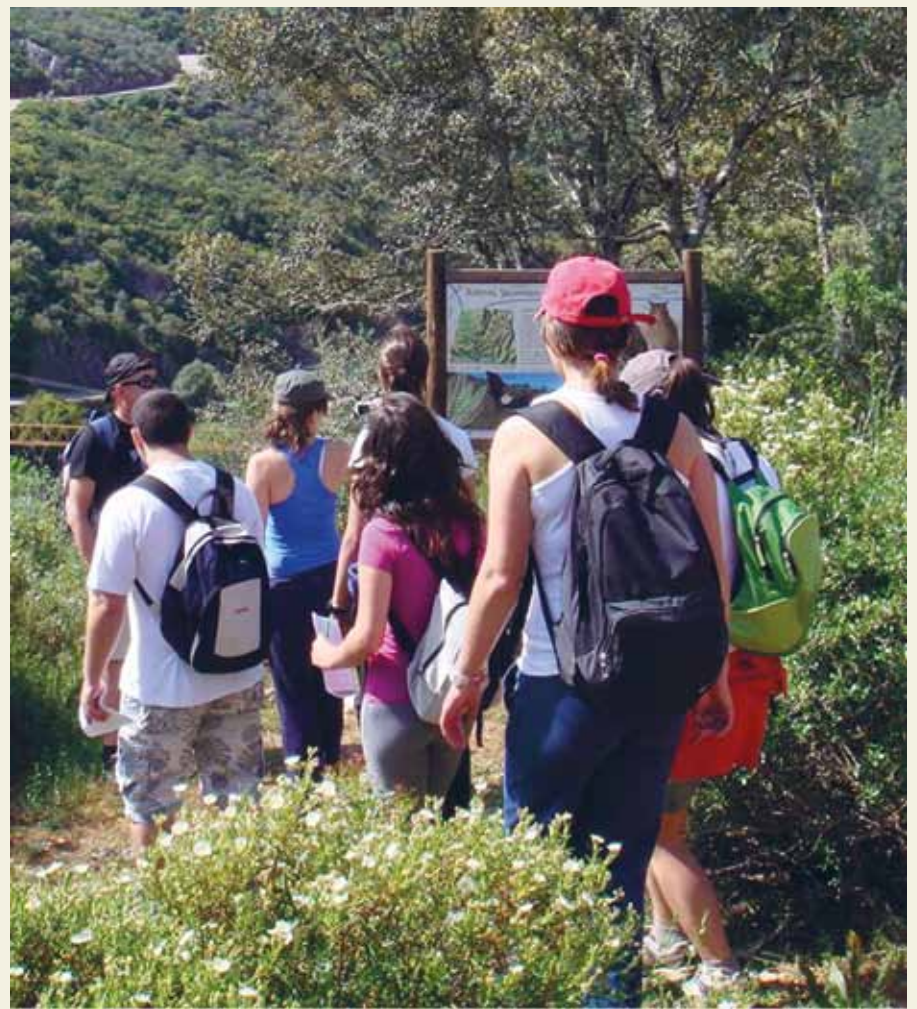
Celebrados recentemente os 40 anos do 25 de abril, em que se assinalou o muito que a sociedade portuguesa mudou neste tempo, vale a pena referir que essa mudança, essa abertura à liberdade, tem feito o seu percurso também ao nível da capacidade empreendedora, que inicialmente se verificou mais ao nível da participação política e intervenção social, mas que entretanto se foi alargando também à iniciativa económica.

Mas esta realidade macro, sendo condição necessária, não é suficiente para o desenvolvimento do empreendedorismo. Ela tem de ser acompanhada de condições individuais e por condições de contexto mais próximas do indivíduo. Ao nível individual, identifica-se em particular a autoconfiança como fator preponderante. Quem, desde pequeno, desenvolve a confiança em si próprio, está mais apto a desenvolver projetos (empresariais ou outros) que envolvam iniciativa e risco.

Ao nível do contexto mais próximo, sabe-se que o empreendedorismo tem maiores possibilidades de despontar em comunidades com maior abertura, diversidade, capacidade de iniciativa, ligações entre os seus membros e existência de outros exemplos de empreendedorismo.

Se o Silicon Valley é o paradigma de um contexto promotor do empreendedorismo, um território rural despovoado é a sua antítese. A promoção do empreendedorismo nos meios rurais é, portanto, de importância fulcral para evitar o círculo vicioso do despovoamento, empobrecimento e redução da capacidade de iniciativa.

É um trabalho complexo e exigente, mas vários exemplos demonstram que se pode contrariar o círculo vicioso e torná-lo virtuoso, pois a capacidade de iniciativa gera mais iniciativa e muitos territórios rurais têm conseguido encontrar o dinamismo necessário para desenvolver esse caminho.



A promoção da inovação e do empreendedorismo pelos PDR

Nas zonas rurais, os Programas de Desenvolvimento Rural têm cumprido um importante papel ao nível da inovação e do empreendedorismo. Este papel tem sido desempenhado de dois modos: através da disponibilização de apoio financeiro para a realização de projetos agrícolas e não agrícolas nos territórios rurais, e de uma outra medida muito relevante mas menos visível – o apoio às atividades de animação territorial levado a cabo pelas Associações de Desenvolvimento Local.

Ao nível do empreendedorismo agrícola, o período de programação 2007-2013 revelou resultados muito positivos. Não só o PIB agrícola subiu consistentemente, como o número de jovens agricultores que concorreram ao PRODER foi surpreendentemente elevado, tendo muitas candidaturas ficado em *overbooking*, devendo receber o apoio já com os fundos do novo ciclo de programação.

Estes resultados são importantes porque demonstram que o definhamento da agricultura portuguesa não é uma inevitabilidade, podendo-se estar já num momento de viragem, em que a

agricultura venha a recuperar alguma da importância económica e social que outrora tinha, mas agora com outra sofisticação, pois muitos dos projetos são inovadores, trazendo à agricultura portuguesa as técnicas e tecnologias mais avançadas.

A inovação é também um aspeto central em muitos projetos não agrícolas, apoiados pela Abordagem LEADER no âmbito dos Programas de Desenvolvimento Rural. Dos 4.935 projetos LEADER aprovados pelo PRODER, PRORURAL e PRODERAM até ao final de 2013, muitos são projetos inovadores, fosse ao nível das tecnologias utilizadas, da conceção de novos produtos ou da alteração do uso de produtos tradicionais. A existência de apoios a projetos inovadores através de uma medida gerida de forma descentralizada, com proximidade aos promotores, é um aspeto muito relevante para que estes sintam um apoio no terreno à execução dos seus projetos. Aspeto reforçado pelo facto de o LEADER ser a medida dos PDR que, apesar da sua dotação limitada, maior capacidade tem

demonstrado para gerar empregos nas zonas rurais: 7.060 empregos diretos previstos nos projetos aprovados até ao final do ano passado.

Não obstante o saldo claramente positivo, é importante considerar que a burocratização dos processos de candidatura e gestão dos projetos e as regras cada vez mais apertadas do LEADER constituem constrangimentos que limitam o aparecimento de projetos inovadores. Se a garantia de viabilidade dos projetos a concurso é um fator com um grande peso, os projetos inovadores podem ter maiores dificuldades no acesso aos apoios, pois a inovação está na maior parte das vezes associada a maior risco. Mas pode também gerar maior retorno, para os promotores e para a comunidade. Além de os projetos inovadores necessitarem de maior flexibilidade, pois nem tudo pode ser definido à partida, o que muitas vezes não é compatível com regras restritas dos Programas.

Outro aspeto a ter em consideração é o papel da animação territorial na dinamização dos territórios e na promoção de um contexto favorável

ao empreendedorismo e à inovação. A animação territorial não é sinónimo de atividades recreativas, apesar de por vezes se poderem também realizar algumas, mas com uma finalidade que vai muito além delas. Pretende criar nas comunidades uma cultura de participação, de estabelecimento de ligações, de capacidade de iniciativa, de trabalho em rede... Em suma, um ambiente favorável, que estimule as pessoas (e as comunidades) a realizar as ações que lhes permitam concretizar os seus projetos.

Estando a ser desenhadas as regras dos novos Programas de Desenvolvimento Rural, é importante ter presente que a inovação e o empreendedorismo não surgem porque está previsto em determinada alínea dos regulamentos, mas que é preciso todo um trabalho envolvente com as comunidades, que as Associações de Desenvolvimento Local têm assumido e estão particularmente vocacionadas para realizar.

ADL promovem inovação e empreendedorismo

No desenvolvimento integrado dos territórios rurais realizado no âmbito do LEADER, as Associações de Desenvolvimento Local (ADL), como não poderia deixar de ser, utilizam os conceitos de empreendedorismo e inovação em sentido amplo: o empreendedorismo vai muito além da criação de negócios, significa empreender, resolver um problema ou uma situação difícil; a inovação, demasiadas vezes vista como associada apenas às tecnologias, diz respeito à exploração com sucesso de novas ideias.

É sob esta perspetiva que desenvolvem projetos com uma diversidade tão vasta como a criação de uma cozinha comunitária, o desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização, a valorização dos produtos locais, a participação ativa na parceria que criou o primeiro parque empresarial de biotecnologia em Portugal, a organização de concursos de empreendedorismo para os jovens ou o desenvolvimento de um projeto de festas em aldeias, qualificando-as e mobilizando os seus habitantes.

Resolver problemas concretos

No Alentejo Central, o MONTE, ACE tem promovido diversos projetos inovadores que dão já os seus frutos. Tendo constatado que a dificuldade com que se confrontava uma instituição de cariz social, a Associação Comunidade Terapêutica Casa João Cidade, era semelhante à que viviam muitos pequenos agricultores do concelho de Montemor-o-Novo – o custo elevado de criar uma unidade de confeção de alimentos certificada, que cumprisse todos os requisitos legais e sanitários – em vez de apoiar a criação de uma cozinha exclusivamente para usufruto da Comunidade Terapêutica, o MONTE promoveu a criação de uma cozinha comunitária.

Assim, o investimento realizado na estrutura é aproveitado pela Associação Comunidade Terapêutica para confeccionar refeições para os seus utentes – podendo utilizar os produtos hortícolas e biológicos produzidos pela Associação e pelas escolas do Concelho de Montemor - o-Novo, no âmbito da iniciativa “Conhecemos



o que comemos”, desenvolvida pelo MONTE no território –, mas permite-lhe também vender refeições para terceiros. Ao mesmo tempo, os pequenos produtores agrícolas do concelho passam a ter uma unidade de confeção licenciada onde podem transformar os produtos das suas explorações, aumentando o seu valor acrescentado.

No território da Bairrada e Mondego, a AD ELO participou, há

cerca de 10 anos, na constituição da Associação Beira Atlântico Parque, que criou o Biocant ParK, o primeiro parque empresarial dedicado à biotecnologia e às ciências da vida, onde se instalaram mais de duas dezenas de empresas de biotecnologia, criando muitos empregos qualificados no concelho de Cantanhede. O Biocant assumiu uma dinâmica própria e os seus desafios, muito

importantes nos resultados que trazem para o território, jogam-se no mundo globalizado.

Dando seguimento à estratégia de desenvolvimento destas áreas científicas no seu território de intervenção, a AD ELO, juntamente com o Biocant e a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira, criou o Prémio Empreendedorismo, com os objetivos de promover iniciativas empresariais inovadoras e conciliadoras com sinergias locais, difundir e despertar o interesse pelo empreendedorismo e potenciar e auxiliar na criação de novas empresas com potencial de desenvolvimento local. Os resultados foram muito positivos, sendo que um dos vencedores das duas edições já concluídas se instalou também no Biocant e o outro apresentou e viu aprovada uma candidatura ao PROMAR (também gerido pela AD ELO, enquanto Grupo de Ação Costeira), para realizar o investimento de que necessitava.

Aposta nos jovens

Na Serra da Estrela, a ADRUSE tem apostado em dotar os jovens de competências que lhes permitam desenvolver a sua capacidade criativas e inovadora, assertiva e mais proativa no desenvolvimento da região e, por conseguinte, do país. Estão em curso as terceiras edições dos concursos Brincar às Ideias (para o primeiro e segundos ciclos) e Ideias Serra da Estrela (para o terceiro ciclo, ensino secundário, profissional e superior), que contam sempre com uma elevada participação, que tem sido crescente: este ano são 625 jovens e 42 professores, oriundos de 16 escolas. Além de promover o espírito empreendedor, estas iniciativas têm demonstrado aos jovens que para concretizarem as suas ideias é importante estudarem, procurando assim também contrariar o abandono escolar.

Nas Terras de Santa Maria, a ADRITEM está a promover o empreendedorismo da população de cinco aldeias rurais, dinamizando o festival Há Festa na Aldeia. Esta iniciativa, que atrai cada vez mais público, é um excelente exemplo de empreendedorismo, pela sua capacidade de mobilizar a população não só para o festival mas também para a cultura, para valorizar o património material e imaterial, desenvolvendo a economia local e gerando empregos. Mas é também mais um exemplo de inovação social, pela metodologia de intervenção que utiliza: envolvendo a população na criação do festival, alterando o seu ritmo de vida e desenvolvendo o sentimento de pertença.

Estes são apenas alguns exemplos das muitas intervenções locais realizadas pelas ADL, mas que têm contribuído para dar mais vida e dinamismo aos territórios rurais.



Horizonte 2020

77 mil milhões para investigação e inovação

O novo período de programação de fundos comunitários 2014-2020 tem um novo mecanismo de financiamento da investigação e da inovação, designado de Horizonte 2020, cujas candidaturas já estão abertas.

Este Programa-Quadro visa promover ideias, crescimento e emprego para o futuro da Europa, distinguindo-se do que foi feito no passado por reunir num único programa de financiamento todas as atuais formas de apoio à investigação e inovação.

Com uma dotação global superior a 77 mil milhões de euros, representa o maior instrumento da União Europeia especificamente orientado para o apoio à investigação, através do cofinanciamento de projetos de investigação, inovação e demonstração. O apoio financeiro é concedido na base de concursos em competição e mediante um processo independente de avaliação das propostas apresentadas.

O Horizonte 2020 tem três pilares de ação prioritários: Excelência Científica, com cerca de 32% do orçamento total, Liderança Industrial, correspondente a cerca de 22% do orçamento, e Desafios Societais, com cerca de 39% do orçamento total.

O pilar Desafios Societais, com uma dotação de cerca de 30 mil milhões de euros, irá contemplar as seguintes áreas: saúde, alterações demográficas e bem-estar; bioeconomia, incluindo segurança alimentar, agricultura e florestas sustentáveis, investigação marinha, marítima, em lagos e em rios; energia segura, eficiente e sustentável; transportes inteligentes, verdes e integrados; ação climática, eficiência na utilização de recursos e matérias-primas; sociedades inclusivas, inovadoras e pensadoras; proteção da segurança da Europa e dos seus cidadãos.

O Horizonte 2020 propõe um novo paradigma ao nível dos fundos comunitários, nomeadamente a presença transversal das ciências sociais e humanidades no Programa, consideradas como essenciais para potenciar a liderança industrial e fazer face aos desafios societais, propondo-se também realizar a coordenação de atividades e programas com outros fundos comunitários: Política Agrícola Comum, Política das Pescas, Política de Coesão (estratégias Investigação, Desenvolvimento e Investigação nacionais e regionais de especialização inteligente).

www.gpp.pt/pdr2020

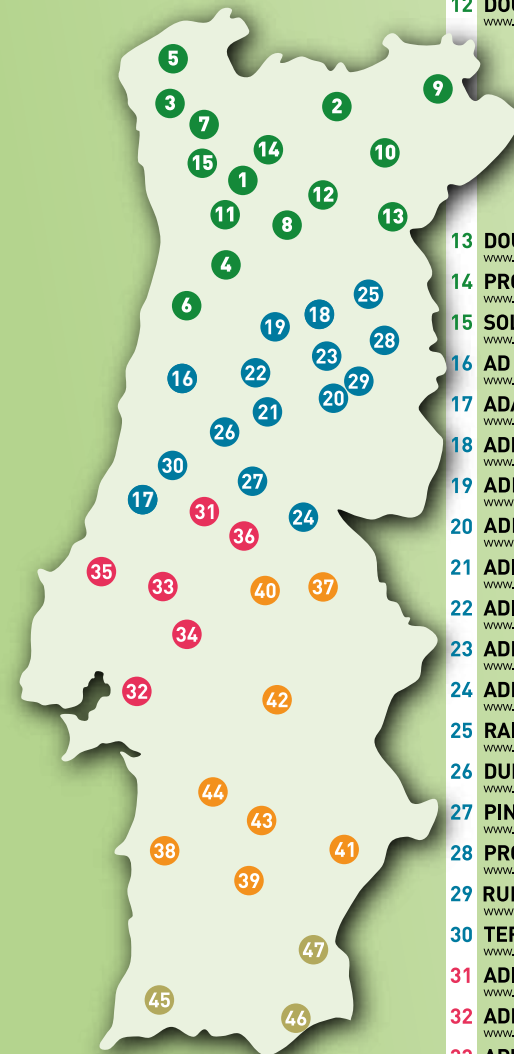


ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

Portugal Continental



- 01 ADER-SOUSA
www.adersousa.pt
- 02 AD RAT
www.adrat.pt
- 03 AD RIL
www.adril.pt
- 04 AD RIMAG
www.adrimag.com.pt
- 05 AD RIMINHO
www.adriminho.pt
- 06 AD RITEM
www.adriem.pt
- 07 ATAHCA
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE
www.corane.pt
- 10 DESTIQUE
www.destique.com
- 11 DOLMEN
www.dolmen.co.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO
www.dourohistorico.pt

- 13 DOURO SUPERIOR
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO
www.adelo.pt
- 17 ADAE
www.adae.pt
- 18 ADD
www.add.pt
- 19 ADDLAP
www.addlap.pt
- 20 ADERES
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER
www.adiber.pt
- 22 ADICES
www.adices.pt
- 23 AD RUSE
www.adruse.pt
- 24 AD RACES
www.adraces.pt
- 25 RAIÁ HISTÓRICA
www.raiahistorica.org
- 26 DUECEIRA
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR
www.pinhalmajor.pt
- 28 PRÓ-RAIA
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE
www.rude-adr.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN
www.adirn.pt
- 32 ADREPES
www.adrepes.pt
- 33 APRODER
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA
www.charnecaribatejana.pt
- 35 LEADER OESTE
www.leaderoeste.pt
- 36 TAGUS
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL
www.ader-al.pt
- 38 ADL
www.adl.litoralalentejano.pt
- 39 ESDIME
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR
www.leadorsor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI
www.alentejoxxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA
www.atbaixoguadiana.pt
- 48 ADELIÇOR
www.adeliacor.org
- 49 ARDE
www.arde.pt
- 50 ASDEPR
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER
www.grater.pt
- 52 ACAPORAMA
www.acaporama.org
- 53 AD RAMA
www.adrama.pt

Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira



Ministra da Agricultura e do Mar, Assunção Cristas licenciou-se em Direito na Universidade de Lisboa e doutorou-se também em Direito na Universidade Nova de Lisboa, onde exerce atividade docente. Foi consultora na sociedade de advogados Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva e Associados, desde 2009, tendo anteriormente sido diretora do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça (2002-2005). Até 24 de julho de 2013, tutelou também no Governo as áreas do Ambiente e do Ordenamento do Território.



Criar uma história interes para ser vivida pelas pess

Nos últimos anos tem-se registado um crescimento significativo do PIB agrícola. Pode dizer-se que agora é a agricultura a puxar pelo país?

Eu creio que a agricultura mostrou não só uma grande resiliência, nesta altura mais difícil para o nosso país, mas também mostrou capacidade de liderar, de ser inovadora. Numa altura em que todos estavam a regredir, num contexto de recessão, na agricultura, no agroalimentar, nós estávamos a crescer e eu acho que isso mostra como este setor é importante para a nossa economia. Com certeza que há muitos motores da economia portuguesa, mas este também pode ser um motor. Aliás, se nós pensarmos num motor agroalimentar

como uma forma também de valorizar os nossos territórios, e isso é muito claro na Abordagem LEADER, podemos tornar os nossos territórios mais vivos, mais interessantes e mais diferenciados.

Se olharmos por exemplo para aquilo que é o turismo, Portugal tem uma grande dinâmica e uma grande capacidade de atração e diversificação desse turismo, ligado também ao nosso mundo rural, à nossa paisagem, às nossas terras, etc. Nós vemos que a agricultura pode, efetivamente, continuar a ser um motor até muito interessante quando associado a estas outras componentes de valorização do nosso território. Mas, de facto, é

gratificante ver o crescimento da economia, o crescimento das exportações, o investimento com elevadíssimo significado e isso tudo nós podemos atestar quando andamos pelo país e vemos muitos projetos a aparecer, gente nova a chegar, bem como pessoas que se reformam, voltam à sua terra e encetam estes projetos. Isso, de facto, é muito interessante e tem expressão nos números.

De que modo esse crescimento da agricultura impacta as restantes atividades das economias rurais?

Eu creio que a dinamização da agricultura, e quem fala da agricultura fala também da parte florestal e da parte

silvopastoril, pode ser a maneira de dar nova vida a territórios que muitas vezes estão mais esquecidos e que, fruto do processo que começou em meados do século passado, mas que teve mais intensidade no último quartil do século, levou a um abandono das zonas mais rurais, com o fenómeno da concentração no litoral.

Se nós pensarmos, por exemplo, em como uma exploração agrícola pode ter dimensões muito diferentes, e nós vemos casos de sucesso com variadíssimas dimensões, esta é a parte que é muito interessante e muito inclusiva do mundo rural e do mundo agrícola, que pode trazer atrás de si mais um ou outro posto de trabalho, que pode

“Uma exploração agrícola pode ter dimensões muito diferentes, e nós vemos casos de sucesso com variadíssimas dimensões, esta é a parte que é muito interessante e muito inclusiva do mundo rural e do mundo agrícola, que pode trazer atrás de si mais um ou outro posto de trabalho, que pode ligar-se com a lógica de multirendimentos e de complementaridades.”

sante
oas

ligar-se com a lógica de multirendimentos e de complementaridades. Na agricultura já temos isso bastante, mas podemos ter esta complementaridade de atividades de uma forma mais profissional e mais deliberada. E hoje vemos, por exemplo, toda a parte de turismo rural, turismo gastronómico, turismo ligado aos vinhos ou, de hoje para amanhã, também aos azeites. Ou ainda, como alguém me contava no outro dia, a apanha dos cogumelos, e depois o uso dos cogumelos numa aula para se fazer uma refeição à base de cogumelos. Se olharmos, por exemplo, para os cavalos, o turismo equestre começa a dar sinais e pode intensificar-se.

Tudo isto de que estamos a falar diz respeito à possibilidade de pegar em produtos que são centrais na agricultura ou na produção animal, ou na parte ligada à floresta, e procurar formas de complementar uma atividade central com outras componentes. E quem fala de turismo não fala apenas de turismo para estrangeiros, fala também dos próprios portugueses que podem visitar o mundo rural, que tem mais produtos regionais, que tem mais oferta desses produtos. E com esses produtos também consegue criar uma história interessante para ser vivida pelas pessoas que tipicamente moram na cidade e que têm menos contactos com o mundo rural.

Eu creio que toda esta dinâmica ligada à natureza e à gastronomia, no fundo, a uma vivência diferente – até mesmo de participação nas atividades da exploração agrícola, por exemplo –, são pistas muito interessantes para o futuro.

Mas apesar do crescimento da produção, tem havido uma progressiva diminuição da mão de obra agrícola. As atividades que referiu são criadoras de emprego, mas é só através do turismo que se consegue criar mão de obra no mundo rural ou há outras formas?

Através do turismo sem dúvida, mas também de tudo o que tem a ver com a transformação dos produtos. Nós sabemos que uma agricultura mais sofisticada e moderna é uma agricultura que tem menos mão de obra, embora em setores que são caros no nosso país, como por exemplo a fruticultura, continua a ser necessário muita mão de obra – sobretudo quando nós olhamos para determinados frutos que continuam a ter que ser apanhados à mão, dada a sua delicadeza e especificidade, nomeadamente, os pequenos frutos. Agora, é verdade que caminhamos para mais produtividade – e portanto para a evolução da nossa agricultura – e para menos gente associada à produção agrícola. Nós conseguiremos ter mais gente a dinamizar o mundo rural se tivermos mais atividades complementares.

Aqui eu creio que a agroindústria desempenha um papel relevante, seja numa escala grande seja numa escala muito artesanal do produto específico, o produto regional que é feito com determinada receita ancestral. Portanto, é algo que nós estamos a tentar procurar valorizar e facilitar muito do ponto de vista de exigências e de regulamentos a cumprir, como por exemplo nestas novas dinâmicas de acolhimento de pessoas mais cidadinas ou estrangeiros que possam disfrutar do mundo rural de uma outra maneira.

Mas é verdade que na agricultura propriamente dita, tirando alguns casos em que, de facto, continua a ser necessária muita mão de obra, a sofisticação leva a isso.



“Nós conseguiremos ter mais gente a dinamizar o mundo rural se tivermos mais atividades complementares.”

base nos que já existam, mas que sejam inovadores.

Há tantos exemplos. Eu sempre que vou a feiras deparo-me com exemplos novos, mas agora ocorre-me, por exemplo, o queijo de Castelo Branco revestido a chocolate, que foi desenvolvido pelo Politécnico de Castelo Branco, em colaboração local com outras entidades. Isto é um exemplo de como utilizar um queijo, usando uma boa embalagem, e ficar bonito. Temos, assim, um produto novo, muito bom, que pode ser divulgado cá e fora de portas com grande orgulho.

Portanto, por um lado o que já é conhecido e que deve ser preservado na sua genuinidade e, por outro, aquilo que nós podemos fazer reinventando no fundo os nossos produtos, encontrando novas aplicações, inovando sobre eles. E isso eu acho que é um grande desafio que existe no nosso país.

Aliás, há excelentes exemplos em todos os domínios: no domínio do azeite, do vinho, mesmo dos produtos mais tradicionais. Por exemplo, o vinho do Porto hoje tem outras pistas de desenvolvimento, outros moldes de consumo, só para dar o exemplo de algo que é muito tradicional e que também conhece inovação. E isto não tira lugar ao que já existe. Eu creio que não há uma diminuição, há uma soma com esta diversidade, e que é muito relevante.

Identifica projetos inovadores que estejam a ser desenvolvidos nos territórios rurais? É esse o caminho, da inovação, que é necessário tomar?

Muito. Por um lado, a preservação de tradições: preservação do que é ancestral, do que é a nossa tradição, daquilo que sempre se fez daquela maneira e se se fizer de uma maneira diferente vai perder a genuinidade. Mas, por outro lado, a inovação, reinventando produtos. Portanto, não estamos a falar de substituir uns pelos outros, mas estamos a falar de alargar o leque de opções, alargar o leque de ofertas. Ou seja, produtos que sejam feitos com

O LEADER no próximo Programa de Desenvolvimento Rural será muito mais agrícola. Como se evitará que outros projetos relevantes para o desenvolvimento dos territórios rurais – como o património e o turismo – fiquem sem linhas de apoio ao investimento?

O LEADER é mais agrícola na componente FEADER mas a abordagem local, portanto o desenvolvimento local, é mais alargado. A nossa Abordagem LEADER que funcionou muito bem, que foi 100 por cento apontado como um caso de sucesso e já tem 20 anos de experiência em Portugal, o que vai ter é uma vocação mais agrícola, mas vai ser complementada com os outros fundos estruturais, com o Fundo Social Europeu, com o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e também com o FEAMP – Fundo Europeu de Assuntos Marítimos e Pescas.

Portanto, a lógica é que estes fundos se possam cruzar todos. Eu estive a ver as alocações indicativas de verbas e, neste momento, o bolo é maior do que o bolo que foi alocado de FEADER

agora no PRODER que termina. E, portanto, vamos ter um bocadinho mais de dinheiro com a possibilidade de complementaridade das várias elegibilidades.

O FEADER, dentro da exploração agrícola, continuará no fundo a apoiar tudo. Se nós quisermos fazer uma pequena unidade de transformação, se nós quisermos fazer um turismo rural é o FEADER que paga, se quisermos fazer percursos pedonais ao longo da exploração, o FEADER suportará isso tudo. Se quisermos ter, por exemplo, um hotel rural, mas não dentro de uma exploração agrícola, não ligado à agricultura, só num espaço mais rural, então não será o FEADER a pagar, mas não quer dizer que ele não possa existir. Existirá na mesma. Agora, a elegibilidade do FEADER vai ser muito mais direcionada para a agricultura e para aquilo que está à volta, mas continuará a ter componentes muito interessantes. Aliás, a componente da inovação como referiu há pouco é uma delas.

“Fruto do bom desempenho da Abordagem LEADER nestes 20 anos, houve um interesse dos fundos estruturais em associarem-se à Abordagem LEADER e em contribuir para esta abordagem local mais integrada.”

Entre as várias linhas, aparece por exemplo a renovação das aldeias, que continua a poder ser apoiada pelo FEADER. Irá poder apoiar também tudo o que são cadeias curtas de distribuição, com a promoção local dos produtos, com os produtos de qualidade, as lógicas de certificação de produtos tradicionais. Isso terá tudo a ver com o FEADER, assim como os pequenos investimentos ou a diversificação de atividades das explorações agrícolas.

Eu estou otimista porque, no fundo, fruto do bom desempenho da Abordagem LEADER nestes 20 anos, houve um interesse dos fundos estruturais em associarem-se à Abordagem LEADER e em contribuir para esta abordagem local mais integrada, o que de facto, a meu ver, poderá ter mais resultados até.

Mas no entanto, apesar do Desenvolvimento Local Base Comunitária prever a gestão multifundos, a parte de FEADER atribuída ao LEADER reduziu-se de 10% para 5%...

Mas a parte que vem dos outros fundos não só compensa como, creio eu, irá um bocadinho além, e portanto o bolo total, tendo em conta que existem milhões de euros para esta abordagem local, não diminuirá. Pelo contrário, pode até crescer um pedacinho.

As regras de transição propostas pela Comissão, que permitem que não haja interregno nos investimentos apoiados até que o novo PDR esteja em vigor, não se aplicam ao LEADER. Poderemos estar face a um período de transição complicado ou será desenhada alguma solução que evite a interrupção das intervenções?

Efetivamente o regulamento de transição (N.º 1310/2013) apenas diz respeito a determinadas medidas do Eixo 1 relativo ao Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal e do eixo 2 relativo à Melhoria do ambiente e da paisagem rural. Assim, de acordo com as imposições dos regulamentos comunitários, ficam assim de fora as medidas do eixo 3 relativas à Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural (previstas no art.º 52.º do Reg. 1698/2005) onde se centra a abordagem LEADER no PRODER.

Mas não me parece que estejamos face a um período de transição longo ou complicado, pois Portugal foi o 4.º Estado-Membro a entregar a proposta de Acordo de Parceria e o PDR 2020 foi o 7.º Programa de Desenvolvimento Rural a ser submetido.”

Para concluir, que oportunidades acredita que trará o novo período de programação para Portugal?

Muitas possibilidades ao nível da inovação, e não só no nosso fundo, o FEADER. Nós vamos ter uma linha a pensar na inovação [Horizonte 2020],



assim como na abordagem local também a inovação vai estar presente, como em geral em todos os fundos esta parte é muito focada.

E nós temos, para além dos fundos que estão alocados nacionalmente, os fundos que são dirigidos diretamente da Comissão Europeia no âmbito do Horizonte 2020, onde nós enquanto país também nos podemos organizar para ir buscar mais financiamento para as várias componentes. E, portanto, eu creio que a inovação é um aspeto relevante e nós temos feito um trabalho de inovação, de sofisticação, de modernização neste setor, tendo tudo a ganhar em poder continuar a alimentar esta dinâmica nos próximos períodos [de programação de fundos comunitários]. Eu estou otimista em relação a isso.

Também estou otimista por ver que o FEADER se foca nas questões que estão mais ligadas [à agricultura], porque às vezes havia alguma incompreensão em perceber porque é que o FEADER e o dinheiro da agricultura estava a apoiar questões que parecem não ter nada a ver com a agricultura. É mundo rural, é verdade, mas já estão desligados.

Há agora uma focagem maior mas não se perde a complementaridade, porque a complementaridade é assegurada pelos outros fundos. Eu creio que isso é muito positivo, porque isso também traduz uma filosofia um bocadinho diferente do ponto de vista nacional, que é perceber-se que o mundo rural por si, e o desenvolvimento rural, pode ser uma forma de atração de outros fundos, de outras complementaridades e desenvolvimento de atividades de criação de postos de trabalho. Ou seja, não é uma coisa completamente ao lado, não é à parte, não é um mundo diferente, mas é um mundo que pode oferecer tantas possibilidades como as outras áreas.

E eu penso que, neste domínio, os fundos europeus já provaram dar uma grande ajuda e vão continuar a dar uma grande ajuda. Estou otimista, saibamos nós aproveitá-los, sobretudo aqueles que não estão já atribuídos ao nosso país, mas estão abertos ao nosso país. E aí, enfim, todas estas dinâmicas, e aquelas que possam também ligar as universidades e institutos politécnicos espalhados pelo país, e também as abordagens locais, podem também ajudar a que todas estas intervenções acabem por ser muito potenciadas. Se nós conseguirmos apresentar projetos de qualidade a Bruxelas, não tenho dúvida nenhuma que também serão contemplados, até porque é verdade que há uma lógica competitiva, mas também há uma preocupação e sensibilidade ao contexto europeu e, portanto, a haver algum equilíbrio.

Agora, muitas vezes nós não temos por falta de comparência, porque não nos conseguimos organizar suficientemente para apresentar bons projetos. Na minha perspetiva, as abordagens

“Muitas vezes nós não temos por falta de comparência, porque não nos conseguimos organizar suficientemente para apresentar bons projetos. As abordagens locais são as que melhor podem organizar-se para concorrer a este tipo de fundos.”

locais são as que melhor podem organizar-se para concorrer a este tipo de fundos. E se nós estamos a falar na totalidade dos fundos na casa dos 20 mil milhões de euros para Portugal [no novo período de programação], estamos também a falar de 90 mil milhões de euros distribuídos diretamente pela Comissão Europeia só para a área da inovação. E, portanto, significa que alguns desses milhões também podem vir parar a Portugal e as abordagens locais têm tudo para os conseguir captar para nós.





A PEI-AGRI: trazer a inovação aos agricultores e silvicultores

Em muitas línguas europeias partilhámos o ditado “a necessidade aguça o engenho” e para a agricultura chegou agora o momento da necessidade. Resolver o futuro desafio de produzir mais com menos e de um modo mais sustentável não é uma missão impossível, mas exige uma mudança fundamental em direcção a um novo caminho de crescimento e a uma mais rápida transferência de novos produtos ou novas técnicas, para a prática. Em suma: precisamos de mais investigação e inovação.

No entanto, aumentar os orçamentos da investigação e inovação não será suficiente. Há também a necessidade de criar o ambiente certo para a inovação prosperar. A inovação agrícola é mais do que o resultado de uma transferência unidireccional de resultados científicos para a prática. A inovação prospera quando os agricultores e investigadores trabalham juntos, partilhando conhecimento e desenvolvendo novas ideias em conjunto. Isso é precisamente o que queremos alcançar com a Parceria Europeia de Inovação para a Competitividade e Sustentabilidade da Agricultura – PEI-AGRI.

Lançada em 2012, a PEI-AGRI começa agora a ganhar forma, na medida em que se

começa a perceber como vai acontecer o financiamento dos projetos de inovação PEI no âmbito dos programas de desenvolvimento rural dos Estados-Membros e que a rede de PEI-AGRI cresce e se fortalece.

Financiar a inovação a partir da UE

A PEI-AGRI, como tal, não é um instrumento de financiamento, mas baseia-se em financiamento através de duas políticas fundamentais: o quadro da UE para a investigação e inovação – Horizonte 2020, e a política de desenvolvimento rural da UE. A inovação é uma prioridade na agenda de ambas as áreas. É uma das seis prioridades da nova política de desenvolvimento rural, onde há agora uma série de novas formas de apoio à inovação. Uma das grandes novidades é o apoio para os Grupos Operacionais da PEI, que trabalham em projetos de inovação práticos.

Um grupo pode ser composto por vários parceiros numa combinação diversificada de experiências práticas e científicas. Por exemplo: agricultores, investigadores, consultores e outros. A tipologia de projetos pode ser muito vasta, mas o projeto deve contribuir para o objectivo da PEI-AGRI de promover a produtividade

e a sustentabilidade agrícola. O projeto pode ter como meta o desenvolvimento de novos produtos, práticas, processos e tecnologias nos sectores agrícola, alimentar e florestal, visando o teste e adaptação de tecnologias e processos em contextos geográficos e ambientais específicos. A União Europeia não estabelece condições específicas para a dimensão, composição ou ações específicas de um Grupo Operacional. Isto acontecerá no contexto de cada programa de desenvolvimento rural, pelo que é essencial conhecer o que está a ser preparado por cada Autoridade de Gestão.

Os projetos de investigação no âmbito do Horizonte 2020 irão fornecer conhecimentos científicos de base e as informações resultantes desses projetos serão também partilhadas através da rede PEI-AGRI. Mas a grande inovação no Horizonte 2020 é o facto de existirem novos tipos de projetos onde os utilizadores finais estarão envolvidos ao longo de todo o projeto de investigação, pelo que, também nestes projectos, há a oportunidade para a participação dos agentes.

O Service Point da rede PEI

Para evitar que as inovações se tornem acontecimentos

A Rede Rural Nacional e a PEI-AGRI

O PDR do continente (PDR 2020) tem como objetivo transversal o aumento da capacidade de inovação e de geração de conhecimento no setor agroflorestal, para potenciar a resposta do sistema de I&D às necessidades setoriais, reforçar as ligações entre o setor empresarial e as unidades de I&D tecnológico, promover a cooperação e o trabalho em rede e envolver microempresas com recursos humanos qualificados na demonstração e disseminação de conhecimento. O incremento da inovação nas zonas rurais terá como instrumento o apoio ao funcionamento de Grupos Operacionais (GO) para a realização dos objetivos da PEI-AGRI, que através de cooperação desenvolvam um plano de ação.

A medida da Rede Rural Nacional (RRN), no PDR 2020, terá como um dos objetivos “Fomentar a inovação na agricultura, na produção alimentar, nas florestas e nas zonas rurais”. Sendo 2014 um ano de transição, a RRN lançou o tema, em parceria com outras entidades, com os objectivos operacionais de: i)

promover a constituição de GO no âmbito da PEI-AGRI; ii) e facilitar e coordenar os fluxos de informação entre os parceiros, aos diferentes níveis.

Assim, tem desenvolvido um conjunto de atividades, dos quais se salienta:

- a participação e organização de eventos, destacando-se:
 - 4 Workshops temáticos sobre a implementação de GO (<http://goo.gl/YWTDW>) no âmbito da PEI-AGRI, organizados pela Rede INOVAR;
 - Workshop sobre o “Estabelecimento de Grupos Operacionais no âmbito dos Programas de Desenvolvimento Rural”, organizado pela RRN e GPP em colaboração com a COM UE, que decorreu em Lisboa a 27 de fevereiro.
- a disponibilização de informação e de newsletter específica no site da RRN.

<http://goo.gl/hLVPMZ>

isolados, os grupos operacionais devem partilhar os seus resultados através da PEI e, em geral, há uma forte necessidade de aceder aos fluxos de informação e conhecimento que é transversal aos sectores e às fronteiras. É neste âmbito que onde a rede PEI-AGRI pode desempenhar um papel importante.

O recém-criado *Service Point* PEI-AGRI está agora a trabalhar para ajudar a construir esta rede. Entre uma série de tarefas, este serviço sediado em Bruxelas trabalha para incentivar a criação de grupos operacionais, dinamiza um *help desk*, organiza grupos de discussão, seminários e workshops, bem como uma vasta gama de produtos de comunicação e divulgação.

O site é um instrumento importante da rede de PEI-AGRI. Vamos lançar um novo site interativo a 1 de junho deste ano, com o objetivo de que seja o balcão único para a inovação agrícola na UE. No site, os visitantes poderão contactar parceiros e descobrir oportunidades de financiamento para projetos de inovação. O site também terá uma base de dados que irá crescer à medida que mais projetos vão sendo adicionados. Esta ferramenta web será interativa, e os utilizadores poderão

partilhar ideias inovadoras e projetos, informações sobre projectos de investigação, de modo a que um agricultor na Alemanha possa encontrar uma solução para o seu problema, vendo o que um projeto no Alentejo desenvolveu – ou vice-versa. E, embora a língua principal do site seja o Inglês, também será possível pesquisar por projetos e investigação noutras línguas da UE, como Português.

Esta é a PEI-AGRI em poucas palavras. Há tantas oportunidades para participar e transformar ideias em realidade, quer lançando um projecto de inovação, participando num consórcio de investigação, ou em *focus groups* ou simplesmente procurando soluções prontas a usar na rede PEI-AGRI.



Christiane Kirketerp de Viron
DG Agricultura e
Desenvolvimento Rural,
Comissão Europeia



O que nos ensinam as organizações rurais inovadoras?

Inovar é aprender e interagir

A inovação é por vezes definida como um processo de aprendizagem interactiva. A observação de organizações inovadoras sediadas em meio rural, e dos respectivos processos de inovação, confirma a definição. Os resultados do inquérito realizado, a nível nacional entre Agosto de 2012 e Fevereiro de 2013, a um grupo de 120 destas organizações, no âmbito das actividades do projecto RUR@L INOV (Inovar em Meio Rural), evidenciam que estas se distinguem pelas competências e pela

motivação em encetar e prosseguir processos de aprendizagem contínua.

Sobressaem no inquérito os líderes competentes para mobilizar e integrar vários tipos de conhecimento (p. ex., científico e tácito) que obtêm em múltiplas fontes e de variadas formas.

Entre estas últimas destacam-se a interacção entre as organizações inovadoras, frequentemente através dos seus líderes, e os diversos *players* da inovação. Neste persistente *networking* predominam as

parcerias informais, de configuração variável, à medida dos recursos e das necessidades dos inovadores. O denominador comum é que são os inovadores os maestros desta acção colaborativa. São-no por competência mas também por necessidade. Outros *players*, nomeadamente os que são responsáveis pela produção e transferência de conhecimento, como é o caso das unidades públicas de I&D, encontram-se distanciados da pequena investigação e focados na inovação tecnológica radical.

A pequena dimensão, a diversidade e a baixa densidade organizacional dos territórios rurais explicam a escassez observada de inovação colaborativa e também a necessidade dos inovadores em criarem e liderarem as suas próprias dinâmicas de aprendizagem interactiva. E explicam-no porque entre as empresas rurais inovadoras predominam a inovação incremental (que reflete pequenas melhorias contínuas em produtos ou em linhas de produtos) e o desenvolvimento de produtos novos ou melhorados através de combinações variadas de inovação de produto, de *marketing* e de processos. A predominância deste padrão e dinâmica de inovação entre as PME é conhecida. Porém, se a orientação para o mercado e para a internacionalização das PME é olhada como vital para a sua sobrevivência, a inovação de pequena escala que as suporta é desvalorizada por comparação com a inovação tecnológica. Por isso se sobrevaloriza a inovação tecnológica em detrimento da inovação de pequena escala e de baixa intensidade tecnológica.

E, no entanto, é evidente o sucesso destas organizações inovadoras em desenvolver uma economia de nichos de mercado, uma economia “do *gourmet*”, que inovando continuamente explora “à medida” os recursos dos territórios rurais. Isto ao mesmo tempo que projecta a imagem de Portugal pelo mundo fora e devolve a auto-estima ao “rural” e à “agricultura”.

A aposta forte na internacionalização tem viabilizado estratégias colaborativas inovadoras, com frequência assentes em modelos organizacionais inovadores. São, todavia, em meio rural mais a excepção do que a regra (como de resto noutras envolventes). Cooperar, designadamente, com competidores não se configura um processo fácil.

A aprendizagem colectiva em intensa interacção é crucial. Como desencadeá-la e alimentá-la é um desafio mas simultaneamente uma oportunidade para as organizações e territórios rurais. Um desafio para os inovadores, mas igualmente para os *players* da inovação das interfaces do conhecimento e das políticas públicas, que carecem aprender novas formas de conhecer e de estimular o que determina

o sucesso das estratégias colaborativas.

A aprendizagem colectiva dos vários *players* da inovação afigura-se a alavanca para a afirmação de uma economia “do *gourmet*” sustentável, ou seja, com uma escala que garanta a excepcionalidade. Uma oportunidade de concretizar o paradigma da sociedade inteligente e sustentável através da inclusão (neste casos dos territórios rurais e das pequenas organizações), e de uma economia para além da especialização sectorial, apostada na especialização inteligente do Portugal rural, através da capitalização das suas especificidades por via da inovação e da internacionalização. Porque a economia rural é agricultura, agro-indústria, mas também é turismo e outros serviços.

É pois tempo de as políticas de desenvolvimento rural e agrícolas se conciliarem e reconhecerem que devem arriscar mais nas pessoas e nas organizações e confiar menos nos projectos. Trata-se de mudar o paradigma focando-se nos projectos de pessoas e/ou organizações motivadas e capacitadas para inovarem através da aprendizagem contínua ao invés da eleição dos projectos “rentáveis” *a priori*. Isto porque todos sabemos que o que hoje é rentável amanhã já não o será necessariamente, a menos que por detrás dos projectos estejam pessoas e/ou organizações motivadas e capazes de anteciparem as mudanças constantes, e muitas vezes imprevisíveis, na conjuntura económica, nas políticas e nas procuras da sociedade.



Livia Madureira

Professora na UTAD e Coordenadora do projecto Rur@L Inov – Inovar em Meio Rural

PROTAGONISTAS RESPONDEM A TRÊS QUES

1 Que potencial inovador existe nos territórios rurais?

2 O que tem limitado a capacidade empreendedora nas zonas rurais?

3 Como estimular a inovação e o empreendedorismo nos territórios rurais?



Marta Alter

1 A inovação é um processo que pressupõe a existência e a dinâmica de fatores, como sejam, uma ação coletiva baseada na articulação de vários agentes e cidadãos em torno uma ideia ou compromisso para o futuro (visão), uma mudança transformadora que traduza quer o aumento da capacidade de intervenção (empoderamento) quer prosperidade material e de bem-estar e qualidade de vida. A abordagem territorial é determinante para compreender os processos de inovação. Nos processos de mudança são as dinâmicas dos agentes que “habitam” os territórios, as empresas, as organizações, os cidadãos; a forma como os agentes estão organizados e interagem, a sua história, os elementos culturais, são elementos que favorecem o referido potencial de inovação, e de interação num espaço económico e social mais vasto.

2 São muitos os fatores que condicionam a inovação nos territórios rurais. Muito deles, estão relacionados com elementos históricos, culturais e religiosos. Outros derivam de fatores conjunturais, como sejam os movimentos de emigração que levam para fora os mais aptos, os mais jovens e os que podem arriscar. Quando falamos sobre zonas rurais em Portugal, associamos a regiões desertificadas e fortemente envelhecidas, ideias suficientemente afastadas dos conceitos de empreendedorismo e inovação. No imaginário coletivo, as duas não coexistem no mesmo território. A questão fundamental reside no facto do processo de desenvolvimento ser encarado de uma forma global, incapaz de basear-se e projetar os valores das regiões, as suas dinâmicas próprias e especificidades culturais

e das comunidades. A agenda para o desenvolvimento não tem considerado o território como um valor e fator de empreendedorismo e de inovação, que deriva exatamente das diferenças históricas, económicas e sociais dos diferentes espaços. A (in)visibilidade dos territórios, compromete o futuro e a ação coletiva dos diferentes agentes, organizações e população das regiões rurais.

3 Não existem fórmulas mas seguramente que há elementos que são obrigatórios para estimular a capacidade empreendedora e inovação em meio rural. A valorização dos elementos coletivos tradicionais, incluindo o conhecimento: reutilização de matérias-primas, novas interpretações de produtos e objetos, a criação de um serviço outrora apenas consumido. Desenvolvimento de agentes e processos capazes de captar e levar ideias: trata-se de reforçar a capacidade do território ser capaz de experimentar (novas) ideias e desafios, que obriguem os agentes a sair das suas zonas de conforto e, simultaneamente, a projetar os seus impactos. O desenvolvimento de redes: assegurar a articulação entre agentes e organizações diferentes, evitando a compartimentação do conhecimento. Assegurar o retorno do investimento na educação e competências, para o território. Desenvolver formas de governação estável que assegurem que a visão e o compromisso com a mudança, não são postos em causa, nomeadamente, pelos mapas político e administrativos.

Marta Alter é Diretora Técnica do Agrupamento MONTE



Francisco Murteira

1 Gostaria de começar por diferenciar os produtos locais nas duas vertentes que lhes estão implícitas, concretamente, os produtos de qualidade ou certificados, e os produtos transacionados através dos designados por Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA) para, depois, enumerar alguns aspetos que lhes são comuns e específicos. Em termos gerais, a importância daqueles dois tipos de produtos para o desenvolvimento rural é manifesto no seu contributo para a (re)descoberta e valorização social e económica dos saberes e saberes-fazer agrícolas e agroalimentares, dos patrimónios genéticos e culturais rurais locais e, ainda, das identidades territoriais. Um outro aspeto a sublinhar é o contributo daqueles produtos para as economias rurais e sua diversificação. Porém, no meu entender, este contributo é sobretudo relevante no caso dos circuitos curtos agroalimentares, pelo facto de estes últimos serem “produtos locais para mercados locais”, enquanto os produtos de qualidade são “produtos locais para mercados nacionais e/ou globais”. Ou seja, os CCA garantem que o local não só assegura a produção mas também retém o rendimento económico gerado por esta última.

2 Relativamente à primeira questão existem duas ordens de dificuldades: as relacionadas com a legislação e com a “mobilização” de produtores e consumidores. Relativamente às primeiras destaco a clara desadequação das normas legais nacionais de natureza fiscal e de higiene e sanitárias às especificidades dos circuitos curtos agroalimentares. Reconhecida a importância económica, social e ambiental dos pequenos produtores, que no caso português são maioritariamente

familiares, envolvidos naquelas formas de produção e comercialização local, bem como a respetiva competitividade nos mercados locais, há que adequar as referidas normas legais. A este propósito quero sublinhar que a Comissão Europeia reconhecendo a importância dos Estados-Membros apoiarem o desenvolvimento dos CCA, sugere que estes adotem a flexibilidade que dispõem, na definição das normas de higiene, com vista a este apoio. Contudo, este aspeto continua a não ser por nós reflectido, o que dificulta ou afasta a adesão de muitos produtores aos CCA. A oferta regular de produtos ao longo do ano e a necessidade de alguns equipamentos e de tipos de formação são outras dificuldades sentidas pelos produtores. A falta de informação e divulgação quer da existência de CCA quer, sobretudo, das vantagens dos mesmos são dificuldades na implementação daqueles circuitos do lado da procura.

3 Não fora o trabalho, empenho e persistência dos GAL, consubstanciados no Projeto PROVE, os CCA não teriam seguramente a expressão que hoje têm entre nós. Face ao exposto, considero que no momento presente, os GAL devem concentrar esforços e “fazerem-se ouvir” junto das entidades nacionais responsáveis pelo “desenho” do Programa de Desenvolvimento Rural (2014-2020) para que este contemple instrumentos de política específicos de real apoio àqueles circuitos, onde incluo a adequação das normas legais que antes referi.

Francisco Murteira é Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

TÓPICOS SOBRE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

As rurais?
O empreendedorismo rural?



Gualter Couto

1 Nos Açores existem vários setores com potencial de criação de riqueza. De entre os setores de atividade emergentes destacam-se oportunidades em diversas áreas: no turismo (na vertente do golf, turismo de saúde, termal, SPA e religioso); na indústria (exploração da carne e dos produtos lácteos da marca Açores direcionados para a internacionalização); na exploração da madeira, nomeadamente da criptoméria; nas TIC; nas energias renováveis e na tão proclamada economia do mar, englobando o turismo náutico, a animação turística ligada ao mar, a reparação naval, a transformação de peixe e a aquicultura. A inovação tem de ser a chave do sucesso na competitividade das novas empresas. A importância das parcerias e o desenvolvimento de redes colaborativas neste contexto determina, em boa parte, o sucesso da exploração do conhecimento, da tecnologia e da inovação daí resultante. As exportações, sobretudo de micro e pequenas empresas de regiões periféricas e em meios rurais não é nada fácil, mas permite o acesso a mercados, fornecedores, clientes e redes de contactos que podem catapultar negócios regionais para dimensões sustentáveis.

2 Há três conceitos base que representam os pilares do empreendedorismo: risco, inovação e oportunidade. O risco é um conceito associado a qualquer iniciativa, uma vez que o seu sucesso é incerto, daí que a probabilidade de erro ou falhanço é uma constante no empreendedorismo. Por seu turno, a inovação é fundamental no processo criativo, pois não se trata de fazer mais do mesmo, mas sim de fazer algo novo, diferente, que ganhe o seu espaço e que marque uma diferenciação no mercado. A inovação

é indissociável de empreendedorismo, quer seja ao nível do produto, do processo ou do próprio mercado, uma vez que é um fator fundamental ao desenvolvimento e progresso socioeconómico. Finalmente, a oportunidade é intrínseca ao empreendedorismo, pois a sua identificação e aproveitamento dependem da visão e da perspicácia, logrando capitalizar necessidades patentes no mercado ou estimular novas necessidades, com o objetivo de criar riqueza através da sua satisfação. Contudo, os empreendedores ainda são escassos e a cultura de aversão ao risco está relatada nos estudos científicos realizados sobre a realidade açoriana. Para dar o salto é necessário apostar muito na educação empreendedora.

3 A importância crescente da iniciativa privada nas economias desenvolvidas e o dinamismo patente nos mercados e nas empresas mais competitivas do mundo asseguraram que o empreendedorismo se fixe como tema central da gestão empresarial e das principais políticas europeias. Mais do que apenas criar empresas, empreendedorismo significa criar e colocar em prática novas ideias, novos modos de vida e de comportamento. A verdade é que a iniciativa privada mesmo em economias rurais tem sido uma força de estímulo ao conceito de empreendedorismo. O acesso ao conhecimento e a partilha do mesmo é essencial para superar as limitações atuais. Por isso o fomento do empreendedorismo tem de ser prioridade, apesar de não ser solução para tudo.

Gualter Couto é Director do Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores



Artur Rosa Pires

1 Eu penso que o potencial é enorme e que existem muitos recursos nas zonas rurais que ganham um relevo face aos desafios e às tendências da sociedade atual. Podemos falar das alterações climáticas, onde há um conjunto de recursos das áreas rurais que ganham uma grande importância, da segurança alimentar, quer em termos da quantidade de abastecimento, quer em termos da qualidade dos alimentos – e, portanto, do impacto na saúde. Até podemos falar de dinâmicas culturais, da procura do bem-estar até à procura de modos de vida alternativos, menos consumistas, de maior contacto com a natureza.

Claro que há dificuldades. É preciso ganhar massa crítica, por vezes as deficiências são grandes, o acesso ao desenvolvimento tecnológico não é tão fácil quanto o que nós gostaríamos e por vezes o acesso aos recursos empreendedores não é tão fácil quanto seria desejável. Contudo, as dificuldades não podem fazer esconder os enormes recursos e todo o potencial que está lá. Agora é uma questão de trabalhar essa dimensão.

2 Há uma desvalorização, por parte da sociedade, do potencial de inovação em áreas rurais e isso vê-se logo, por exemplo, nas políticas públicas. O discurso dominante sobre inovação é a aposta na ciência e tecnologia avançada e em fortes capacidades empresariais. Ora, onde é que existem conjugadamente estes dois fatores? Nas áreas urbanas. E portanto, quando o discurso se centra nisso, há uma desvalorização das áreas rurais. Felizmente, a nova geração das políticas regionais de inovação da União Europeia já valoriza os recursos naturais e os desafios da sociedade como fonte de inovação. Mas há também um segundo fator,

que é a nossa universidade – aqui no sentido lato – nunca ter valorizado muito os recursos das áreas rurais. As nossas sedes da produção do conhecimento afastaram-se também elas dos recursos das áreas rurais. É preciso inverter esta situação e, mais uma vez, as atuais estratégias de inovação abrem aqui oportunidades muito interessantes.

O terceiro ponto são as próprias áreas rurais. Nós temos dificuldade em criar massa crítica para ter depois um diálogo frutuoso com as tendências evolutivas da sociedade global. Portanto, é preciso o que algumas pessoas chamam de inovação social. É preciso dar o salto para que esta capacidade de construir massa crítica seja capaz de fazer este diálogo de abertura e de valorização das oportunidades.

Apesar de tudo, nas áreas rurais há imensa inovação, só que não aparece na agenda da discussão pública.

3 A desvalorização por parte da sociedade tem de ser contrariada. Têm de existir políticas públicas que promovam, de facto, o enorme potencial que há. A indiferença por parte da universidade tem de ser superada e tem de haver uma procura de investigação aplicada e mais focada nos recursos que existem em áreas rurais. E, obviamente, temos de trabalhar a mobilização da massa crítica. Há aqui uma dinâmica muito interessante que tem de se construir, talvez a partir do LEADER, ou agora das novas estratégias das comunidades intermunicipais ou da conjugação do trabalho de ambos e, desde logo, esta ação tem de ser promovida.

Artur Rosa Pires é Professor Catedrático na Universidade de Aveiro, na área de Planeamento do Território, Inovação e Políticas de Desenvolvimento



Criar e agir em meio rural: desafios e percursos

Somos instados a falar de Empreendedorismo e inovação. Por onde começar?

Saltando por cima do ruído das definições e lugares comuns – das modas, das panaceias e das análises puristas – o desafio é que nos posicionemos em função e a partir do problema. Despovoamento, envelhecimento, elevado peso duma história e duma tradição laboral que não valorizou a iniciativa, mudança económica profunda com reflexos na definição de percursos profissionais, desemprego jovem crescente. Estes, entre outros, são contornos antigos e recentes duma realidade que caracterizará boa parte do interior português, sobretudo do sul de Portugal, e que não é estranha, na maioria destes traços, a territórios em vias de desenvolvimento espalhados pelo mundo.

Em 1989, quando a Esdime lançou o seu projeto experimental de formação para o Desenvolvimento em Messejana, criou as bases para a afirmação dum modelo económico de base local, que valorizasse a iniciativa, individual e coletiva, sustentável, solidária, de micro escala, que produzisse emprego estável. Ao fazê-lo, procurou enfrentar os contornos da realidade que descrevemos, em particular, os três primeiros, assumindo o estímulo ao autoemprego como uma necessidade, desmistificando o conceito e a prática de empresa ou de projeto económico (cooperativo, associativo), nunca apresentando receitas nem soluções fáceis, nunca vendendo ideias e/ou referências da “moda” e fazendo sempre duma postura frontal e próxima e da dinâmica de aprendizagem

conjunta, linhas definidoras da sua abordagem. Criar, agir, arriscar e empreender, foram verbos estimulados e articulados no dia a dia mais pela prática do que pelo discurso, no sentido de construir uma nova economia.

Estas foram as bases e continuam a ser nos dias de hoje, independentemente das nomenclaturas e tipologias de projeto.

O projeto “ESCALE”, acrónimo francês que designa o projeto de cooperação Rede Europeia de apoio ao Empreendedorismo, promovido no quadro do Eixo LEADER Cooperação, pela Esdime, Rota do Guadiana (Portugal) e AFIP e CELAVAR (França), com colaboração da Genista Foundation (Malta), é uma intervenção recente particularmente relevante pela abordagem sistematizadora

de metodologias, que facilitou a natural e consequente, integração de inovação na intervenção. No quadro duma parceria informal gerada em 2009, que veio a ser formalizada com o projeto de cooperação em 2011 (até final de junho de 2013), foi possível aprofundar a troca de metodologias e a criação de produtos e intervenções.

Numa breve consulta do caderno “Metodologias de apoio ao Empreendedorismo em meio rural na Europa”, disponível em www.esdime.pt/escale poderemos observar que foi realizado um esforço de sistematização com base em experiências reais e testadas, que cobre o largo espectro daquilo que define a ação de promoção e acompanhamento à criação de atividade, seja esta de natureza social ou empresarial, desenvolvido por diferentes entidades no contexto rural. Esta ação enquadra-se na seguinte tipologia de respostas: 1) formação, 2) acompanhamento, 3) consultoria, 4) financiamento e 5) facilidades de instalação.

Não esgotando em si toda a ação, estas tipologias enquadram a esmagadora maioria das intervenções realizadas, de forma desigual e desequilibrada, é certo, em função do contexto em que estamos.

Se nos campos do financiamento e das facilidades de instalação é possível afirmar que as regiões do interior de Portugal têm revelado uma razoável cobertura de respostas, já o mesmo não se verifica no campo do acompanhamento ou da formação, na modalidade flexível e não intensiva. Não tem sido o caso das regiões rurais francesas, salvo evoluções negativas recentes, que viram disponibilizados recursos e a criação de equipas (ex: rede AFIP), nomeadamente de base regional, que viabilizaram este tipo de respostas.

Foi nesta lógica que algumas propostas de trabalho surgiram. Atente-se ao caso do “Ferreira Empreende”. Criado em parceria entre a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo e a Esdime em março de 2013, este projeto oferece uma solução de pré-incubação e de teste de atividade para jovens, num contexto colaborativo, com apoio físico e de equipamentos (Ninho de Empresas de Ferreira do Alentejo) e com suporte técnico, formativo e financeiro, através da atribuição duma

bolsa durante 12 meses. Todo este processo se desenrola com teste real de atividade, pois os jovens iniciam, através da entidade de acolhimento, atividade comercial real. Na origem desta filosofia está o cruzamento de duas abordagens: as cooperativas de empreendedores assalariados (Cooperative d’activité et emploi – CAE) e o modelo de formação não intensiva: “Da ideia ao projeto” e “Guia Prático para a Micro e Pequena Empresa” (recursos da AFIP e da Esdime, respetivamente). Esta metodologia, que ainda se encontra numa fase piloto de implementação, despertou o interesse noutros contextos do interior alentejano e em Cabo Verde, estando neste momento a ser iniciada uma experimentação da iniciativa na ilha do Fogo, através da parceria com o IEFP de Cabo Verde, da Esdime e dos Municípios de Ferreira do Alentejo e de São Filipe. O “Fogo Empreende” poderá constituir-se como experiência demonstrativa e transferível no quadro da rede de incubadoras que o IEFP cabo-verdiano está a implementar.

A inovação surge neste contexto como alavanca congregadora e potenciadora de recursos: espaços de instalação associados a organizações e metodologias de acompanhamento valorizam a capacidade de atrair e fixar jovens, ao mesmo tempo que se permite testar num mercado real – criando carteira de clientes, acertando e testando preços, lidando com meios e formas de pagamento – e não apenas num simulador de papel (Plano de Negócios), a criação de atividade empresarial ou social.



David Marques
Técnico da ESDIME
e Coordenador
do Projeto ESCALE



Uma questão de atitude

Falar de inovação e empreendedorismo em meio rural não é muito diferente de falar da inovação e empreendedorismo em Lisboa, Estocolmo ou Bucareste. Quero eu dizer, não é apenas por estar na ponta ou na cauda do *innovation scoreboard* em termos europeus que todos somos muito ou pouco inovadores e, em consequência também, empreendedores.

Ao falar de inovação, falamos de mudança. E ao falar de mudança, diretamente está associada a necessária atitude.

Numa primeira abordagem, podemos socorrer e questionar sobre os aspetos essenciais que o *innovation scoreboard* utiliza para nos ajudar a estruturar o que pode ser a nossa reflexão e atuação no terreno.

Por um lado, como estão no nosso território os ditos *enablers*, as entidades e elementos

O que é o Innovation Union Scoreboard?

Trata-se de um instrumento da Comissão Europeia criado no âmbito da Estratégia de Lisboa para fazer a avaliação comparativa da inovação desenvolvida pelos diferentes Estados Membros. A síntese do relatório de 2014 pode ser consultada em <http://goo.gl/5ZfMmC>

facilitadores da inovação, que são a disponibilidade dos recursos humanos e sua qualificação, o apoio de centros de investigação e desenvolvimento e por último os recursos financeiros públicos e privados disponíveis para fomentar a inovação. Por outro, a atividade empresarial de *per si*, onde os seus valores de investimentos em investigação e de desenvolvimento, as redes e projetos em copromoção com outras empresas, bem como os

aspetos da propriedade intelectual (patentes e marcas registadas) são indicadores da proatividade existente. E por último, os resultados. Resultados ao nível da inovação em produtos e ou processos obtidos, inovação no sistemas de marketing e organização da empresa, ou também os resultados mais económicos relacionados com o emprego gerado por via da inovação, as exportações de serviços intensivos em conhecimento e as vendas obtidas com essas inovações e serviços.

Portugal nos últimos anos fez um percurso de progresso em termos Europeus com algum significado, embora tenha decaído recentemente, o que indicia o necessário esforço que se impõe realizar em todos os campos, mas sempre não perdendo de vista o objetivo final, associado aos resultados.

Mas dizia eu, falar de inovação, implica falar de mudança.

Portugal, na generalidade, ao longo dos tempos tem feito um importante investimento neste campo, face aos restantes Estados Membros. Mas os nossos territórios rurais terão de se adaptar e conviver com esta nova realidade e também eles procurarem com alguma audácia e pragmatismo percorrer algum deste caminho.

Nas proximidades dos nossos territórios estão instituições de ensino superior e importantes centros de conhecimento que deverão ser estimulados e apoiados no processo de mudança a que todos somos chamados atualmente.

Os desafios que decorrem das alterações climáticas e da demografia são tão fulcrais para o futuro dos nossos territórios, que um conjunto de linhas de ação ligadas à inovação na resposta a estas questões deverá ser enquadrada nas próximas Estratégia Local de Desenvolvimento. Para tal, os parâmetros do *innovation scoreboard* podem ser um bom ponto de partida na reflexão.

Aqui, no Ribatejo Interior e Médio Tejo, num projeto que se iniciou há uma dúzia de anos, começamos a ter um contexto que se vai construindo suportado num programa de alguma ambição quanto aos objetivos de relevância para a região, mas estruturado com um certo pragmatismo em torno da realidade e capacidades existentes.

A diversidade institucional é rica e forte, onde para além dos normais atores como são os municípios, as associações empresariais e o ensino superior, se associam também as associações de desenvolvimento local, as agências de energia e ambiente, as oficinas de transferência de tecnologia, os laboratórios de serviços partilhados para as empresas e os centros de transferência de tecnologia. Um ecossistema que potencia a interação e estimula a mudança.

Nós temos algumas coisas, mas não temos tudo. Nos territórios rurais, em particular, as preocupações com o contexto onde a envolvente institucional se assume como um importante fator na criação de condições, mas também ao nível dos recursos disponíveis no território ou fora dele mas que estejam capacitados para responder aos nossos objetivos estratégicos, deverão ser aspetos a ter em conta. Na estratégia de 2014-2020 somos convocados a apresentar resultados e esses só advirão dos processos que consigamos concretizar em benefício do território.

No âmbito da RIS3 [Estratégia de Especialização Inteligente] o desígnio de contribuir para o sistema de especialização inteligente do território é uma evidência, sendo a nossa matriz LEADER nos princípios orientadores uma continuada experiência útil na afirmação da metodologia e da matriz rural como importante fator para a construção da agenda de transformação económica em prol do desenvolvimento territorial.

Assim, o desafio apresenta-se à capacidade de os territórios rurais se renovarem e inovarem, pois tal como no empreendedorismo, as competências tem que ser trabalhadas e os resultados surgirão da atitude com que respondermos aos desafios.



Pedro Saraiva

Coordenador da TAGUS
– Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior e Diretor Executivo na TAGUSVALLEY
– Tecnopólo do Vale do Tejo



Mepellets

“O apoio LEADER foi muito importante na fase de arranque, na construção das instalações e aquisição de equipamento.”

Paulo Esteves, promotor

Sedeada no Parque Industrial de Penso, em Melgaço, a Mepellets dedica-se exclusivamente à produção de pellets de madeira, cada vez mais utilizados para o aquecimento das habitações, embora a procura também esteja a aumentar a nível industrial (padarias, estufas, piscinas).

Produzidos a partir de serrim (desperdícios da indústria transformadora de madeira, de serrações e carpintarias), os pellets da Mepellets são 100 por cento à base de madeira, sem quaisquer aditivos, colas ou resinas, como sublinha Paulo Esteves, afastando a ideia errada de tratar-se de um produto à base de resíduos florestais. “Nós usamos os resíduos da floresta mas no processo de fabrico dos pellets, na queima para produzir calor e secar o produto”, adianta ainda.

Lançado por dois jovens da região com formação superior, o projeto destaca-se não só pela componente ambiental, como a nível da criação de emprego, tendo a Mepellets já criado oito postos de trabalho; mais três que os inicialmente previstos no pedido de apoio apresentado à ADRIMINHO, no âmbito da Abordagem LEADER do PRODER, que permitiu a construção do armazém e maquinaria inerente à atividade da empresa que está “a atravessar uma fase muito estável, com as expectativas de produção alcançadas e até a ultrapassar algumas metas iniciais”, segundo o promotor.

<http://www.mepellets.com>

Localização	Penso (Melgaço)
Data da candidatura	2009
Investimento total	275.438,70 EUR
Comparticipação LEADER	60%
Postos de trabalho criados	5



Papel D'Ouro

“Este projeto nunca teria sido estruturado desta forma se não fosse o apoio do PRODER.”

Sofia Gomes, promotora

Com particular interesse pela temática da reciclagem, tomando conhecimento do “fantástico” processo de fabrico de papel a partir de fibras 100 por cento de algodão durante umas férias em Barcelona, Sofia decidiu lançar-se por conta própria, criando esta pequena empresa, que reinventa o papel, transformando-o em objetos de ecodesign.

Da ideia à prática, Sofia levou quase um ano a planear este projeto que exigiu muita investigação, junto de moinhos papelheiros ainda existentes e museus do papel, mas também recolha de *know-how* por cá mas também em Espanha.

Recuperar as técnicas de produção de papel – tal como foi inventado na China – e reproduzir as máquinas que eram utilizadas antigamente foi a maior preocupação da empresária, desde logo decidida a fazer da Papel D'Ouro uma fábrica-museu, aberta a visitas (guiadas), que – tal como previu – estão a suscitar enorme interesse.

O próprio edifício “tem uma arquitetura propícia a estas visitas e reflete a imagem de qualidade que queremos passar”, refere, sublinhando a importância do apoio LEADER, através da Douro Histórico, determinante na construção do edifício e aquisição das máquinas (prensa hidráulica, laminador, rodela, entre outras), que garantem um produto de elevada qualidade, propiciador das mais diversas utilizações. Porque na Papel D'Ouro a imaginação é o limite...

<http://papeldouro.wix.com/papeldouro>

Localização	Chã (Alijó)
Data da candidatura	2012
Investimento total	223.155,29 EUR
Comparticipação LEADER	60%
Postos de trabalho criados	5



Centro Hípico do Poldril da Burquilheira

“A minha vida neste momento é a herdade.”

Laura Rebelo, promotora

Laura Rebelo, 28 anos, cavaleira, formada em Gestão e proprietária da Herdade da Burquilheira, concluído o curso, em Lisboa, rumou ao Alentejo, para se dedicar aos cavalos e à agricultura.

Juntando o útil ao agradável, o *hobby* ao trabalho, Laura Rebelo decide criar um centro hípico, de forma a complementar as atividades agrícolas da herdade, com uma importante área de olival e montado.

O projeto foi apresentado na associação Terras Dentro, beneficiando de um apoio de cerca de 120 mil euros através da Abordagem LEADER do PRODER, que permitiu a construção de oito boxes para cavalos, um picadeiro coberto de 20 m x 40 m (único na região), campo de obstáculos, *paddocks* e armazém de apoio às atividades equestres.

Para além da criação e preparação de cavalos de desporto para a disciplina de endurance e saltos de obstáculos, o objetivo passa pela realização de eventos equestres, tais como raides e provas de obstáculos, a integrar o calendário da Federação Portuguesa Equestre.

Já este verão, enquanto a escola não arranca, prevê-se a organização de passeios equestres pela região, uma atividade que deverá assumir particular relevância com a conclusão de um outro projeto, de Turismo em Espaço Rural, igualmente financiado pelo PRODER, na Herdade da Burquilheira, que pretende destacar-se na área do turismo equestre.

Localização	Alcáçovas (Viana do Alentejo)
Data da candidatura	2011
Investimento total	200.105,57 EUR
Comparticipação LEADER	60%
Postos de trabalho criados	2